

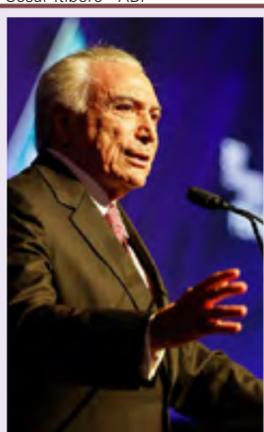
Corruptos fazem fila atrás da chave

Gilmar livra o Barata

e mais três bandidos.

Cabral pede para sair

Cesar Itiberê - ABR



Ministro armou balcão da impunidade para a legião de assaltantes do Estado

Na terça-feira, Gilmar Mendes suspendeu o processo contra Barata Filho, o mafioso dos ônibus, cuja filha tem como padrinho de casamento o próprio Gilmar Mendes. O motivo é evitar que Barata seja julgado pelo juiz Marcelo Bretas, responsável pelos pro-

cessos da Lava Jato no Rio. Na quarta, Mendes soltou o diretor-executivo da GE, Speranzini Jr, e mais Miguel Skin e Gustavo Stellita, da quadrilha de Sérgio Cabral, que deram um rombo na Saúde de R\$ 600 milhões. Na mesma quarta, o próprio Cabral, condenado a 100 anos, pediu que Gilmar Mendes o soltasse. **Página 3**

Governo pretende empurrar R\$ 1,4 bilhão a mais para as contas de luz

Em audiência pública nesta terça-feira, a Aneel propôs repassar diretamente para os consumidores, através de novos aumentos da taxa de energia, o déficit de R\$ 1,44 bilhão no orçamento da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE). Para o governo, o povo deve subsidiar o valor. **Pág. 2**

60% da inflação de julho foi devida aos aumentos no preço da energia

A alta da energia elétrica em julho foi o que mais pesou na alta do IPCA do período. Em julho, a conta de luz aumentou 5,33%, após alta de 7,93% em junho. Um impacto de 0,20 ponto percentual no IPCA de julho, que subiu 0,33%. **P. 2**

“Lula, PT e Dirceu ficavam com 2/3 das propinas da Sete Brasil”

Depoimento de Renato Duque ao juiz Sérgio Moro sobre o assalto à Petrobrás

Leniência com crime de colarinho branco está com os dias contados na 2ª Turma do Supremo Tribunal

Com a ida de Dias Toffoli para a presidência do Supremo Tribunal Federal (STF) em setembro, Cármen Lúcia assumirá a cadeira atualmente ocupada por ele na Segunda Turma do STF, responsável por analisar os processos da Operação Lava Jato na Corte. Com a alteração, os ares ficarão melhores na Segunda Turma, atualmente chamada de “Jardim do Éden”, devido às muitas decisões favoráveis aos corruptos. **Página 3**



Votação vira e STF decide que crime de improbidade não prescreve

O STF decidiu, por maioria de seis votos a cinco, que as ações para buscar ressarcimento aos cofres públicos de prejuízos causados por atos de improbidade administrativa não prescrevem – desde que o ato praticado seja doloso, ou seja, cometido de forma intencional. **Página 3**

Em depoimento ao juiz Sérgio Moro, o ex-diretor de Serviços e Engenharia da Petrobrás, Renato Duque, testemunhou que Lula, José Dirceu e o PT dividiam as propinas na Sete Brasil – empresa que, supostamente, contratava estaleiros para construir plataformas de petróleo, com

o objetivo de alugá-las à Petrobrás. Duque contou que propôs a João Vaccari Neto, tesoureiro do PT, uma divisão “meio a meio”: “Palocci não concordou e está determinando a divisão de 1/3 e 2/3. Um terço para a ‘casa’ e dois terços para o partido”, disse o tesoureiro do PT a Duque. **Pág. 3**

João Goulart: Vamos incentivar os professores e não acabar com eles

“Educação é coisa séria”, afirmou o candidato a presidente do Pátria Livre, João Goulart Filho, condenando as propostas

de Alckmin, de acabar a pós-graduação pública e gratuita, e de Bolsonaro, de educar as crianças à distância. **Pág. 3**

Para Marina, Haddad não pode ser ao mesmo tempo presidente e vice

Marina defendeu o veto à participação de Haddad, oficializado como vice na chapa petista, no debate de presiden-

ciáveis da TV Band. “Vai ter o momento das sabinas com os vices. Senão você cria dois pesos e duas medidas”, disse. **Pág. 2**

‘Querem resolver a eleição nos gabinetes ou celas’, critica Ciro

“Querem resolver a eleição nos gabinetes ou em celas, que é até pior em certos aspectos”, afirmou o candidato do PDT

à Presidência, Ciro Gomes, ao criticar o acordo firmado pelo PT para que o PSB não o apoiasse nas eleições. **Pág. 3**

Bolsonaro quer tirar as crianças da escola para economizar no ensino

O candidato do PSL à Presidência, Jair Bolsonaro, quer tirar as crianças da escola, com a implementação do en-

sino à distância para alunos do fundamental, alegando que isso vai baratear e “combater o marxismo”. **Página 3**

Israel bombardeia novamente Gaza

Israel atacou no dia 8 os palestinos da Faixa de Gaza. Mais de dez bombas foram lançadas sobre a região densamente povoada. O Ministério da Saúde da

Faixa de Gaza informou que uma mulher grávida de 23 anos e sua filha, de um ano e meio de idade, morreram sob o criminoso bombardeio. **Página 6**



Aepet: greve dos caminhoneiros beneficiou Petrobrás

Aneel propõe mais uma alta na taxa de energia

Mais uma vez a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) propõe um novo aumento nas contas de luz dos brasileiros. Em audiência pública nesta terça-feira (07), o órgão federal propôs repassar diretamente para os consumidores o déficit de R\$ 1,44 bilhão no orçamento da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) - fundo setorial que teria como objetivo custear as políticas públicas do setor elétrico brasileiro.

De acordo com a Aneel, o aumento se justifica pelo atraso na privatização das seis distribuidoras da Eletrobrás no Norte e Nordeste do país. De acordo com a Aneel, a população deverá subsidiar o valor.

Ou seja, enquanto o governo Temer (PMDB) entregar as distribuidoras que atendem mais de 13 milhões de pessoas, para a iniciativa privada, "por até R\$ 50 mil" - como disse o presidente da Eletrobrás, Wilson Ferreira, terá como custo para o conjunto dos consumidores brasileiros, um adicional de R\$ 1,44 bilhão, apenas em 2018.

TARIFAÇÃO

Só este ano, os brasileiros já arcaram com o chamado aumento ordinário na energia, que elevou a conta de luz para mais de 80% da população. Os aumentos autorizados pela Agência Nacional de Energia Elétrica chegam a 38,6%.

Na terça-feira, a Aneel autorizou o aumento das contas de luz do Pará e do Espírito Santo. A Centrais de Elétricas do Pará (Celpa) terá o reajuste médio de 11,75% nas tarifas em consumo residencial em todos os municípios paraenses que a Companhia atende. Já os consumidores atendidos pela EDP Espírito Santo terão o aumento anual nas contas de luz. O impacto residencial de tarifa será de 15,84%. A concessionária atende aproximadamente 1,5 milhão de unidades consumidoras localizadas no Espírito Santo.

BANDEIRAS

Já a bandeira tarifária, que eleva a conta de luz em R\$ 5 a cada 100 kWh (quilowatts-hora) consumidos, valerá até o mês de novembro, segundo a própria Aneel.

Mesmo com a sequência de aumentos na tarifa de energia elétrica promovida no país nos últimos tempos, as distribuidoras pretendem aumentar novamente a bandeira tarifária, alegando que os recursos não são suficientes para cobrir as despesas com a geração de energia elétrica.

Em entrevista ao Poder360, o presidente da Abradee (Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica), Nelson Leite, disse que o déficit na caixa das distribuidoras alcançará R\$ 4,6 bilhões em agosto. Segundo ele, essa é a diferença entre o custo para gerar energia e o valor que é arrecadado via bandeira tarifária. Ainda de acordo com a avaliação de Nelson Leite, o reajuste dos valores pagos pelos consumidores seria a maneira mais "rápida" de resolver o desequilíbrio financeiro das distribuidoras.

Associação dos Engenheiros da Petrobrás (Aepet) criticou política de preços altos

'Redução do diesel após greve aumentou lucro da Petrobrás'



"Não é necessário subsídios, bastar mudar a política da empresa"



Banco diz ter disponível apenas R\$ 1,8 bilhão até o final do ano

Cortes no orçamento estrangulam crédito e Caixa interrompe linha para casa própria

Com R\$ 5 bilhões de orçamento, ou seja, com recursos 35% menores que os de 2017, a linha de financiamento Pró-quotista, financiada pelo FGTS, que cobra os menores juros entre os financiamentos da casa própria, exceto o programa Minha Casa Minha Vida, já ficou estrangulada.

Dispõe agora de apenas mais R\$ 1,8 bilhão,

para empréstimos para o resto de 2018, pouco mais de 36% do orçamento total do ano passado.

A Caixa Econômica Federal anunciou que seus recursos de crédito pela linha Pró se esgotaram em julho, para imóveis usados. O Banco do Brasil informou que desde maio está na mesma situação. Somente a Caixa e o BB ofereciam essas linhas, sendo que

o Santander se habilitou recentemente e o Bradesco começa operar com ela em 2019.

Destinada a trabalhadores com conta no FGTS, a linha Pró-Cotista tem atualmente taxas de juros efetivas a partir de 7,85% ao ano na Caixa, e a partir de 9% ao ano no BB, bastante atraente, no cenário de taxas de juros muito mais elevadas.

Governo libera para bancos utilizarem FGTS como garantia para empréstimos consignados

A Lei publicada em 2016 prevendo a utilização de até 10% do saldo fundo de garantia, ou mesmo 40% da multa nos casos de demissão sem justa causa, como garantia para empréstimos consignados, sem ter ainda saído do papel, deverá ter sua regulamentação anunciada na próxima semana, conforme o jornal O Globo.

O Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal deverão ser os primeiros bancos a oferecer essa linha de crédito. As taxas de juros podem ser cobradas até o limite de 3,5% ao mês e o

prazo para o resgate do empréstimo será de no máximo 36 parcelas.

Essa modalidade de empréstimos é mais uma arapuca parida pelo governo, tendo como principal razão dar condições aos bancos de fazerem empréstimos com pouco ou nenhum risco de receber as amortizações.

Ao invés de reduzir as taxas de juros, acabar com o alucinado ajuste fiscal em curso, que tudo corta, menos nas despesas financeiras, capacitando o Estado na retomada

dos investimentos, gerando empregos e salários, o governo, de maneira totalmente irresponsável, empurra os trabalhadores para o endividamento, garantindo para os bancos a extração, no caso, dos recursos do FGTS.

Trata-se de um total desvio de finalidade do Fundo, que existe para proteger o trabalhador na hora difícil do desemprego e não para remunerar financiamentos com taxas de juros de até 3,5% ao mês ou seja mais de 51% ao ano, um verdadeiro roubo.

44% das empresas paulistas não conseguem pagar parcelas de dívidas com bancos, diz Fiesp

Contrariando a propalada "recuperação" econômica de Temer, 44% das empresas paulistas encontram dificuldades de gerar caixa suficiente para pagar parcelas de dívidas de financiamentos junto aos bancos, segundo pesquisa realizada pela Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de SP) e pelo Ciesp (Centro das Indústrias do Estado de SP).

O estudo, realizado com cerca de 500 empresas, entre os dias 10 e 20 de julho, também apontou que 12,4% das empresas estão com parcelas atrasadas e 8,2% atingiram um número tão grande de parcelas em aberto que sofrem blo-

queio de movimentações bancárias.

Segundo o presidente em exercício da Fiesp e do Ciesp, José Ricardo Roriz, 2018 está sendo pior do que as empresas imaginavam. "Ou se refinanciam agora ou a situação delas vai ficar insustentável, e não vão conseguir pagar despesas financeiras e impostos. Assim, pode até comprometer ainda mais a situação do desemprego no país", disse Roriz.

Para a Fiesp, os resultados da pesquisa demonstram que a maior parte da indústria paulista utiliza crédito bancários, principalmente

capital de giro ou crédito para continuarem realizando suas operações normalmente. "As taxas de juros são maiores que o retorno operacional das empresas, tarifas de serviços elevados. Além das tarifas altas, o banco te obriga a pagar outros produtos", criticou Roriz.

De acordo com Roriz ainda, a elevação da capacidade ociosa no estado de São Paulo partiu de 10% para mais de 30% nos últimos anos, e isto apertou as margens de lucro das empresas. "Embora os equipamentos estejam parados, eles geram custo fixo por conta da manutenção".

'Retomou o mercado doméstico a custos menores para a população', diz engenheiros

A Associação dos Engenheiros da Petrobrás (Aepet) afirmou, em nota, que a redução dos preços dos combustíveis após a greve dos caminhoneiros permitiu a recuperação da lucratividade da Petrobrás.

"O lucro operacional do segmento de refino aumentou de US\$ 3,8 bilhões no primeiro trimestre deste ano para US\$ 7,2 bilhões no segundo trimestre, um aumento acima de 90% na lucratividade, através de preços menores na refinaria", afirma.

A Aepet destaca que, após a greve dos caminhoneiros, a estatal "retomou o mercado doméstico brasileiro de derivados, propiciando custos menores para a população".

Para a entidade, "a política de preços que [o ex-presidente] Pedro Parente adotou na Petrobrás, desde outubro de 2016, elevou o preço do diesel no mercado interno acima dos preços internacionais". Essa política, segundo a Aepet, "levou ao aumento das importações de derivados, notadamente do diesel. A Petrobrás, ao perder seu mercado doméstico de combustíveis, passou a exportar cada vez mais petróleo cru, ao invés de processá-lo em seu parque de refino, impondo elevada ociosidade das refinarias, cuja taxa de utilização caiu para 72% no primeiro trimestre de 2018. Em 2015, a taxa de utilização foi de 87%, com alta lucratividade do segmento de refino".

Essa política de preços de Parente prejudicou não só a Petrobrás, através da ociosidade do parque de refino nacional, mas principalmente os consumidores brasileiros, "que passaram a pagar pelos combustíveis preços acima da sua referência do mercado internacio-

nal, na Costa do Golfo do México dos EUA, de onde se origina grande parte das exportações de diesel e gasolina para o Brasil. Por outro lado, ganharam as refinarias de petróleo dos EUA, as multinacionais estrangeiras de comercialização e as distribuidoras concorrentes".

A política de manter os preços do óleo diesel e da gasolina acima dos preços internacionais, para aumentar a margem de lucro das multinacionais que importam derivados de petróleo, começou com Dilma/Graça Foster, em setembro de 2014. Naquele ano, o preço do óleo diesel encerrou 34% acima do preço externo, conforme a Agência Nacional do Petróleo (ANP).

SUBSÍDIOS

O governo Temer estabeleceu subsídios de até R\$ 13,5 bilhões para reduzir R\$ 0,46 por litro do diesel na bomba, até o fim deste ano. No entanto, a Aepet ressalta: "Não é necessário conceder subsídios e utilizar recursos da União para subvencionar a Petrobrás e os importadores, basta que a estatal se livre da política de preços de Parente."

O controle do preço do óleo diesel implicou na redução das importações e na melhoria do desempenho operacional da Petrobrás. O mercado de derivados no Brasil está inserido no mercado global, onde a competição ocorre principalmente entre as refinarias situadas na Bacia do Atlântico. Dessa forma, a empresa que pratica preços de monopólio - acima da paridade de preços internacional (PPI) - acaba por perder participação no mercado, exatamente o que aconteceu com a Petrobrás no Brasil, a partir da política de preços iniciada em 2014.

VALDO ALBUQUERQUE



Duas estrangeiras já manifestaram interesse

ANTT anuncia leilão de rodovias federais no Rio Grande do Sul

A Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) publicou no final de julho o edital para a privatização de trechos de rodovias federais.

O trecho que será entregue é o da Rodovia de Integração do Sul (RIS) - no estado do Rio Grande do Sul -, com leilão marcado para o dia 1º de novembro.

A concessão à iniciativa privada há longo prazo (30 anos) iniciou já na gestão de Dilma e foi mantida por Temer no Programa de Parceria de Investimento (PPI) em dezembro de 2016. O programa prevê a privatização de outros ativos nacionais, como empresas estatais e suas subsidiárias, jazidas de petróleo pertencentes ao Pré-Sal, entre outros.

Um mês após o lançamento do edital, a Rodovia de Integração do Sul (RIS)

já tinha pelo menos oito interessados, entre eles, empresas da Itália e da Espanha - que "disputarão" quatro trechos de rodovias federais no Rio Grande do Sul: as BRs 101, 290, 448 e 386. Ao todo são 473,4 km, sendo a "cereja do bolo" os 98,1 km da via Freeway, entre Porto Alegre e Osório.

O governo pretende oferecer ainda ao mercado até o fim deste ano, um trecho de rodovias entre Jataí (GO) e Uberlândia (MG), exatos 437 km. O governo prepara outros editais para concessão de estradas, que passarão pelo aval do Tribunal de Contas da União (TCU). Entretanto, estas novas privatizações disfarçadas de concessões, poderão ficar para o próximo governo, que decidirá se seguirá com a política de privatização de estradas e demais setores estratégicos da nação.

Energia pesa na inflação de julho, que sobe 0,33%

Além do desemprego e dos salários archoados, a população enfrenta o encarecimento de itens de habitação (condomínio, energia elétrica e gás de cozinha) e transporte (combustíveis), segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Os dados divulgados na quarta-feira (08) registraram que a inflação oficial (IPCA - Índice de Preços ao Consumidor Amplo) acelerou, batendo na taxa de 2,94% de janeiro a julho deste ano, 1,43% maior do que no mesmo período do ano passado.

A energia elétrica subiu menos em julho, mas ainda foi o que mais influenciou a alta do IPCA do período. Em julho, a conta de luz aumentou 5,33%, após alta de 7,93% em junho.

O impacto desse item foi de 0,20 ponto percentual no IPCA de julho, que subiu 0,33%.

De um mês para o outro, a categoria de habitação teve inflação medida em 1,54%, e a de transportes, de 0,49%. No caso desses últimos, o aumento nos preços é consequência da política de governo de aumentos diários nos preços dos combustíveis nas refinarias, o que se desdobrou em uma das maiores paralisações de caminhoneiros do país.

Em 12 meses, a inflação acumulada estacionou em 4,48%, enquanto no período anterior estava e 4,39%.

Das 16 regiões pesquisadas, dez registraram aumento dos preços e São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília sofreram os maiores impactos.

Escreva para o HP

horadopovo@horadopovo.com.br

HP

HORA DO POVO
é uma publicação do
Instituto Nacional de
Comunicação 24 de agosto
Rua José Getúlio, 67, Cj. 21
Liberdade - CEP: 01509-001
São Paulo-SP
E-mail: inc24agosto@uol.com.br
C.N.P.J 23.520.750/0001-90

Editor-Geral: Clóvis Monteiro Neto
Redação: fone (11) 2307-4112
E-mail: horadopovo@horadopovo.com.br
E-mail: comercial@horadopovo.com.br
E-mail: hp.comercial@uol.com.br
Redação: Rua Mazzini, 177 - São Paulo - CEP: 01528-000
Sucursais:
Rio de Janeiro (RJ): IBSCS - Rua Marechal Marques Porto 18, 3º andar, Tijuca - Fone: (21) 2264-7679
E-mail: hprj@oi.com.br
Brasília (DF): SCS Q 01 Edifício Márcia, sala 708 - CEP 70301-000
Fone-fax: (61) 3226-5834 E-mail: hp.df@ig.com.br
Belo Horizonte (MG): Rua Mato Grosso, 539 - sala 1506 Barro Preto CEP 30190-080 - Fone-fax: (31) 271-0480
E-mail: horadopovomg@uol.com.br
Salvador (BA): Fone: (71) 9981-4317 - E-mail: horadopovobahia@oi.com.br
Recife (PE): Av. Conde da Boa Vista, 50 - Edifício Pessoa de Melo, sala 300 - Boa Vista - CEP 50060-004
Fones: (81) 3222-9064 e 9943-5603
E-mail: horadopovope@yahoo.com.br
Belém (PA): Avenida Almirante Barroso/Passagem Ana Deusa, 140 Curú-Utinga - CEP 66610-290. Fone: (91) 229-9823
Correspondentes: Fortaleza, Natal, Campo Grande, Rio Branco, João Pessoa, Cuiabá, Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba.

www.horadopovo.com.br



Reprodução/G1/Tv Globo

Filho de Jango, candidato do PPL

João Goulart: o que Alckmin e Bolsonaro falam “sobre educação é um descalabro”

Para o ex-deputado João Goulart Filho, candidato a presidente do Partido Pátria Livre (PPL), o que alguns candidatos a presidente estão dizendo sobre educação “é um verdadeiro descalabro”. “A educação brasileira não merece ser tratada dessa forma tão desrespeitosa”, disse ele. “O Bolsonaro está insinuando que vai implantar educação à distância na ensino básico porque, segundo ele, é mais barato. Isso é um desrespeito às nossas crianças e ao país. Nós temos é que aumentar os investimentos para melhorar a educação pública”, argumentou.

“Ao contrário de Bolsonaro, que quer tirar os professores das salas de aula, eu defendo valorizar os professores, que hoje recebem salários incompatíveis com a sua importância na sociedade. Defendo aumentar os recursos para a educação”, afirmou João Goulart. “Temos que incentivar os professores e não acabar com eles”, destacou Goulart.

O filho de Jango também criticou o candidato tucano. “O ex-governador de São Paulo e candidato do PSDB e dos partidos do centrão, Geraldo Alckmin, defendeu o fim da pós-graduação pública. Essa medida vai golpear nossa pós-graduação e prejudicar nossa ciência e tecnologia”, denunciou. “Agora mesmo Temer ameaça cortar as bolsas dos pesquisadores pós-graduados. Cerca de 200 mil bolsistas estão ameaçados de perder seu sustento. Isso é inadmissível. Uma inversão total de prioridades, porque Temer corta bolsa para pagar juros”, disse João Goulart.

Leia mais em www.horadopovo.br
SÉRGIO CRUZ

MPF denuncia máfia dos ônibus no RJ, mas Gilmar Mendes livra

Rosinei Coutinho/SCO/STF



O soltador da República de bandidos do colarinho branco no STF Renato Duque para Moro: “todos os estaleiros pagaram propina no esquema da Sete Brasil”

Em depoimento ao juiz Sérgio Moro, o ex-diretor de Serviços e Engenharia da Petrobrás, Renato Duque, testemunhou que Lula, José Dirceu e o PT dividiam as propinas na Sete Brasil – empresa que, supostamente, contratava estaleiros para construir plataformas de petróleo, com o objetivo de alugá-las à Petrobrás.

Duque era o elemento principal do esquema de corrupção do PT dentro da Petrobrás, escolhido por José Dirceu logo após a primeira posse de Lula, e nomeado por este para um dos mais importantes cargos da estatal.

Duque relatou, na sexta-feira, dia 3, que havia proposto a João Vaccari Neto, tesoureiro do PT, uma divisão “meio a meio” das propinas na Sete Brasil: metade para os executivos da Petrobrás e Sete Brasil (referidos como “casa”) que estavam no esquema e metade para o PT.

Algum tempo depois, Vaccari voltou com a resposta: “Palocci não concordou e está determinando a divisão de 1/3 e 2/3. Um terço para a ‘casa’ e dois terços para o partido”, disse o tesoureiro do PT a Duque.

“Esses dois terços para o partido”, explicou Duque, “seriam divididos entre Lula, José Dirceu e o partido. O dinheiro de

propina para Lula seria recebido por Palocci. José Dirceu receberia através da Engevix e do lobista Milton Pasowitch e o partido seria por conta do Vaccari”.

“A propina era institucionalizada. Todos os estaleiros pagaram”, disse Duque ao juiz Moro.

Renato Duque depois, sem acordo de “colaboração premiada”, no processo sobre a propina passada pelo estaleiro Jurong. Confessou o recebimento, na Sete Brasil, de US\$ 3,8 milhões em propina, apenas do Jurong, de Singapura. O dinheiro, disse Duque, foi depositado em uma conta no banco Cramer, de Milão, Itália.

Lula, relatou Renato Duque, fez um pedido, através de Vaccari, para que continuasse na diretoria da Petrobrás até que a Sete Brasil se consolidasse.

BILHÕES

A Sete Brasil, hoje moribunda, era uma empresa financeira, formada por iniciativa do esquema do PT na Petrobrás, cuja função era usar o dinheiro da estatal para construir plataformas de petróleo e depois alugá-las à própria Petrobrás.

Não havia, evidentemente, nenhum motivo pelo qual a Petrobrás não pudesse contratar diretamente a construção das plataformas e ser a proprietária

delas. A Sete Brasil era, portanto, um instrumento para roubar a Petrobrás.

Para isso, o esquema petista estabeleceu contratos com estaleiros montados pelas empreiteiras que achacavam a Petrobrás – com duas exceções: o Jurong e o Keppel Fels, ambos de Singapura com filiais no Brasil.

Todos os estaleiros pagavam 1% do valor dos contratos de propina.

Com Duque na diretoria da Petrobrás e seu ex-gerente de engenharia, Pedro Barusco, na diretoria da “Sete Brasil”, foram firmados, inicialmente, contratos para a construção de 29 sondas, no valor total de 82 bilhões de dólares (cf. Sete Brasil Participações S.A., Relatório da Administração – Exercício Social de 2012).

Na auditoria realizada após a Operação Lava Jato ter descoberto que a “Sete Brasil” era um esquema de roubo do patrimônio público, foram estimadas as propinas que circularam pela empresa em 224 milhões de dólares (cf. Carlos Lopes, “Os Crimes do Cartel do Bilhão contra o Brasil: o esquema que assaltou a Petrobrás”, Fundação Instituto Cláudio Campos, 2016, p. 99).

Continue lendo em www.horadopovo.org.br
C.L.

Marina acha justo TRF-4 rejeitar Lula em debate e defende veto a Haddad

A ex-senadora Marina Silva, candidata da Rede Sustentabilidade à presidência da República, concordou com a decisão da Justiça que negou pedido do PT para que Lula participasse do debate entre os presidenciais promovido pela Band. Ela também defendeu o veto à participação de Fernando Haddad, oficializado como vice na chapa petista.

Marina considerou que permitir a presença do ex-prefeito de São Paulo entre os debatedores seria questão de “dois pesos e duas medidas”.

“Nós temos um candidato que está impedido por determinações legais, temos um vice, e pelas regras quem vai participar [dos debates], nesse momento, são os candidatos titulares. Vai ter o momento das sabinas com os

vices. Senão você cria uma situação de dois pesos e duas medidas”, afirmou na terça-feira (7).

A candidata da Rede assinalou que a falta de um representante do PT nos debates “é uma decisão própria do PT de manter um candidato que está impedido em função da Lei da Ficha Limpa”. “Foi uma decisão do PT que não pode ser transferida para nenhum outro partido”, sublinhou.

O pedido para que um representante de Lula participasse do debate foi feito pelo partido na segunda-feira (6). O Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4) vetou a presença do ex-presidente, que está preso desde 7 abril cumprindo pena de 12 anos e um mês de prisão por corrupção passiva e lavagem de dinheiro.

Não haverá prazo de prescrição para os corruptos ressarcirem cofres públicos, decide o STF

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu, por maioria de seis votos a cinco, que as ações para buscar ressarcimento aos cofres públicos de prejuízos causados por atos de improbidade administrativa não prescrevem – desde que o ato praticado seja doloso, ou seja, cometido de forma intencional.

Isso significa que não há prazo para que esse tipo de ação seja apresentado à Justiça, independentemente da data em que o fato tenha ocorrido.

O julgamento teve início na semana passada, mas foi suspenso, quando já havia maioria de seis votos a dois a favor da prescrição desse tipo de ação. Com o reinício da votação, na quarta-feira (8), dois ministros – Luís Roberto Barroso e Luiz Fux – mudaram seus votos e ajudaram a formar a maioria que gerou o resultado do

juízo.

Votaram a favor da não prescrição das ações de ressarcimento os ministros Edson Fachin, Rosa Weber, Celso de Mello, Luiz Fux, Luís Roberto Barroso e a presidente do tribunal Cármen Lúcia. Os ministros Alexandre de Moraes, relator da ação, Dias Toffoli, Gilmar Mendes, Ricardo Lewandowski e Marco Aurélio votaram pela prescrição.

O caso julgado tratou da dúvida sobre se a Constituição Federal determinou a imprescritibilidade desse tipo de ação, ou se deveria ser adotado o prazo de cinco anos de prescrição para as punições aos atos de improbidade, previsto em lei que trata do tema. A decisão tem repercussão geral, ou seja, valerá para todos os casos semelhantes nas instâncias inferiores.

Leia mais em www.horadopovo.org.br

Toffoli sai e Segunda Turma do STF pode virar

O ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal (STF), foi eleito para ocupar o cargo de presidente da Corte a partir do próximo mês. Na mesma sessão, realizada na quarta-feira (8), o ministro Luiz Fux foi eleito vice-presidente. Ambos têm mandato até 2020 no Supremo.

Com sua eleição, Cármen Lúcia assumirá a cadeira atualmente ocupada por Toffoli na Segunda Turma do Supremo, responsável por analisar os processos da Operação Lava Jato na Corte. A alteração deve promover uma mudança de postura no colegiado, atualmente chamado de “Jardim do Éden” nos bastidores das cortes superiores, devido às muitas decisões favoráveis a investigados por corrupção.

Hoje, a Segunda Turma é formada por Edson Fachin, relator da Lava

Jato, Celso de Mello, Ricardo Lewandowski, Gilmar Mendes e Dias Toffoli – os três últimos têm formado um triunvirato pródigo em decisões, principalmente em habeas corpus, para soltar investigados ou réus, como ocorreu recentemente com o ex-ministro José Dirceu.

Só num dia, 26 de junho, terça-feira, esse trio beneficiou vários corruptos. Veja a lista:

1) soltou José Dirceu, condenado pelo Tribunal Federal da 4ª Região (TRF-4) a 30 anos, 9 meses e 10 dias, por cinco crimes de corrupção, oito de lavagem, e por pertencer a uma organização criminosa;

2) soltou João Cláudio de Carvalho Genu, condenado a 9 anos e 4 meses, também pelo TRF-4, que, com o doleiro Alberto Youssef, ficava com 30%

da propina passada ao PP no assalto à Petrobrás (os repasses a Genu foram identificados pela PF);

3) manteve solto o esboço Milton Lyra, assaltante dos fundos das estatais e operador do PMDB;

4) anulou as provas contra o ex-ministro Paulo Bernardo, do PT (como disse Fachin, o trio da segunda turma inventou o foro privilegiado para imóvel – as provas foram anuladas porque encontradas em um apartamento funcional do Senado, onde Bernardo reside com a mulher, que é senadora);

5) suspendeu o processo contra o deputado Fernando Capez (PSDB-SP), por receber propina e desviar dinheiro da merenda escolar em São Paulo.

Leia mais em www.horadopovo.org.br

Bolsonaro quer ensino à distância para as crianças

O candidato do PSL à presidência da República, Jair Bolsonaro, propôs a adoção do ensino a distância no Brasil, em todos os níveis, como suposta solução para acabar com o marxismo e reduzir custos.

“Com o ensino a distância você ajuda a combater o marxismo. E você pode começar

a fazer o ensino a distância uma vez por semana. Você ajuda a baratear o ensino no Brasil”, afirmou na terça-feira (7).

Ele complementou indicando em quais ocasiões considera que essa modalidade de ensino seria adequada. “Pode ser para o ensino fundamental e médio,

até universitário. Todos a distância... Pode ser, depende da disciplina. (Ensino) fisicamente é em época de prova ou então em aulas práticas”, defendeu.

Segundo ele, alguns pais já preferem educar e alfabetizar seus filhos em casa.

Leia mais em www.horadopovo.org.br

‘Lula trabalhou para o PR ir para o Alckmin’, diz Ciro

O candidato do PDT à presidência da República, Ciro Gomes, afirmou que o PT “quer resolver as eleições em celas” ou criticar o acordo firmado pelo partido para que o PSB não o apoiasse nas eleições. A declaração ocorreu na sabatina realizada pela CBIC (Câmara Brasileira de Indústria de Construção), na segunda-feira (6), em Brasília.

“Precisa de pragma-

tismo para falar sobre questões complexas em 20 minutos [seu tempo de resposta no evento]. Imagine 33 segundos, que foi o que me deixaram para falar na campanha. Querem resolver a eleição nos gabinetes ou em celas, que é até pior em certos aspectos”, disse.

O presidencialista destacou ainda que o ex-presidente Lula agiu para que os partidos do Centrão (DEM, PR, PRB,

SD e PP) não apoiassem a candidatura do PDT. “O Lula trabalhou para o PR ir para o Alckmin. Eu me recusei a falar com Valdemar Costa Neto [dirigente do PR e condenado no mensalão] por razões antigas”, declarou.

O pedetista avaliou que escolher como vice Kátia Abreu, uma representante dos ruralistas, não tira votos dos eleitores de esquerda.

Ele suspendeu uma ação penal contra o compadre Barata Filho

A suspensão, por Gilmar Mendes, do processo a que responde Jacob Barata Filho, o mafioso dos ônibus do Rio de Janeiro, na 7ª Vara Criminal Federal – que tem como titular o juiz Marcelo Bretas – constitui um aberração jurídica (uma aberração teratológica, como dizem, além dos médicos, os juristas).

O motivo da suspensão do processo é, simplesmente, porque Barata não quer ser julgado pelo juiz Bretas. Sua defesa alegou que o processo, iniciado na 5ª Vara Criminal Federal do Rio, não poderia ser transferido para a 7ª Vara, do juiz Bretas – responsável pelos processos da Operação Lava Jato no Rio.

Temos, então, um réu que quer escolher a Vara em que deverá ser julgado – e, claro, o juiz.

E temos um ministro do STF, que é padrinho de casamento da filha de Barata, usando, sem a menor vergonha, a instituição maior da Justiça para dar impunidade a um bandido.

Em sua decisão, Mendes fez um pré-julgamento, totalmente inadequado, inocentando Barata em relação à sua tentativa de fuga do Brasil, no dia dois de julho do ano passado. Escreveu Mendes: “o paciente encontrava-se no aeroporto, acompanhado de sua família, com passagem de ida e volta, rumo à Portugal, país que frequenta com certa periodicidade em razão de suas circunstâncias pessoais”.

A passagem de volta somente apareceu depois. Quando Barata Filho foi preso, o que se encontrou em sua bagagem foi um documento sigiloso do Banco Central (BC): a ordem para quebra de seu sigilo bancário, passado a ele por uma financeira, a Caruana Sociedade de Crédito.

Logo que recebeu esse documento, Barata Filho comprou, às pressas, uma passagem para Portugal, como mostra um e-mail enviado pela secretária dele a uma agência de turismo. O que alertou a Polícia Federal para a tentativa de fuga foi o seguinte diálogo, gravado pelos policiais, entre Barata Filho e a secretária, Raquel:

RAQUEL: E a sua viagem pra Portugal?

BARATA FILHO: Não, eu resolvi... Ir hoje à noite. Eu vou junto com a Bia.

RAQUEL: O senhor já comprou ida e volta?

BARATA FILHO: Não. Comprei ida. A volta deixa.

Bia é a filha de Barata Filho, a mesma que teve Gilmar Mendes como padrinho de casamento.

A prisão de Barata fez parte da Operação Ponto Final, que investiga uma quadrilha que movimentou R\$ 200 milhões, em conluio com Cabral e outros ladrões.

Gilmar Mendes não achou que era “suspeito” ou que estava “impedido” para suspender o processo de Barata Filho por ser padrinho de casamento da filha do réu. Nem achou-se impedido para soltar Barata Filho quatro vezes (três em decisões individuais e a quarta na segunda turma do STF).

Naturalmente, soltou Barata Filho quatro vezes porque não é suspeito.

EXPOSTA

Na quarta-feira, dia seguinte ao que suspendeu o processo contra Barata Filho, Gilmar Mendes soltou o diretor-executivo para a América Latina da General Electric, e ex-executivo da Philips, Daurio Speranzini Junior – e mais Miguel Skin e seu sócio Gustavo Stellita, da quadrilha de Cabral.

Miguel Skin e Gustavo Stellita já haviam sido soltos por Gilmar Mendes em dezembro, mas foram, outra vez, presos no mês passado. Agora, foram soltos outra vez por Gilmar Mendes.

Iskin é o destinatário do escândalo e-mail de Sérgio Cortes, secretário da Saúde de Cabral, onde o último diz: “nossas putarias têm que continuar”. E Iskin responde: “o melhor a fazer seria negar tudo. Provar algo vai exigir um foco, é um tempo que esses caras não têm”.

Gilmar Mendes soltou esses corruptos no mesmo dia em que eles – e mais 21 outros – foram denunciados à Justiça, em decorrência das Operações Fatura Exposta e Ressonância.

Os acusados formaram um cartel para fraudar licitações no Instituto Nacional de Traumatologia (Into) e na Secretaria de Saúde do Rio de Janeiro – ambos sob o controle de Sérgio Cortes, um dos integrantes da “turma do guardanapo”, que, sob o comando de Sérgio Cabral e Eduardo Paes, assustaram Paris em 2009, desbragados com o próprio roubo.

Os delitos de Speranzini foram cometidos, principalmente, quando esteve à frente da Philips Medical no Brasil. Outro executivo da Philips no Brasil, Frederik Knudsen, também foi denunciado.

Iskin, dono de uma empresa chamada “Oscar Iskin”, cobrava um pedágio de 13% sobre os valores de contratos para fornecimento de próteses e órteses. Segundo o MPF, o pedágio cobrado a empresas internacionais chegava a 40%.

Uma das testemunhas, Ermanno Marchetti, participante do esquema, afirmou: “o mercado sabia que nada era vendido para a saúde pública no Estado do Rio de Janeiro (Secretaria de Saúde e INTO), se não fosse através da Oscar Iskin” (cf. Denúncia, p. 37).

O dano aos cofres públicos, até aqui apurado, atinge R\$ 600 milhões (seiscentos milhões de reais), em cima de próteses e aparelhos médicos (somente o total dos contratos no Into somaram R\$ 1,5 bilhão).

Speranzini Junior “permaneceu atuando junto a integrantes da organização criminosa ao menos até 2015”. A GE realizou exportações para o Brasil por meio de empresas ligadas a Iskin.

Foram listadas 70 licitações fraudadas pelo cartel.

ATE QUANDO?

Na mão de Gilmar Mendes, encontra-se um pedido de Sérgio Cabral, condenado seis vezes, a um total de 100 anos de cadeia, com mais 20 processos ainda sem sentença, para ser solto ou para que fique em prisão domiciliar ou para que fique preso em uma sala de uma instituição militar.

Só o pedido já define o seu caráter: seu fundamento real é que Gilmar Mendes tem soltado os mais horripilantes bandidos. Cabral quer o seu naco nessa magistratura da tolerância. Se até um estuprador em série já recebeu, de Mendes, essa benesse... Contanto que o sujeito tenha dinheiro, Mendes sempre acha que seu lugar não é na cadeia.

Pois bem. Há, no STF, uma discussão sobre os critérios em que um juiz está impedido de julgar um processo.

Porém, de que adianta discutir tal questão, se um ministro do STF não respeita a lei, nem a jurisprudência do Tribunal, nem suas súmulas – que são obrigatórias para todos os outros juizes?

Pois o sr. Gilmar Mendes, por exemplo, soltou Orlando Diniz, membro da quadrilha de Sérgio Cabral, cliente do escritório de advocacia do qual sua mulher, Guiomar Mendes, é sócia.

Para soltar o executivo da GE e os membros da quadrilha de Cabral, na quarta-feira, Gilmar Mendes atropelou o Superior Tribunal de Justiça (STJ), onde tramitavam pedidos de habeas corpus dos três – e o próprio STF, cuja regra é não conceder habeas corpus quando existem pedidos também no STJ.

Porém, Mendes passou por cima dessa regra.

Disse o ministro Luís Roberto Barroso que Gilmar Mendes “é uma desonra para o Tribunal”, alguém que “sozinho desmoraliza o Tribunal”.

A questão é: até quando o STF vai permitir ser desmoralizado?

CARLOS LOPES

Entre amor e briga: 20 anos de roubo do PSDB no Rodoanel-SP

MPF aponta conluio de empreiteiras na obra mais cara do país. Planilhas do cartel eram classificadas entre o "amor e briga". Construção do Rodoanel se estende por repetidos governos tucanos em S. Paulo

A força-tarefa da Operação Lava Jato, em São Paulo, apresentou à Justiça na denúncia por cartel e fraude na licitação no Rodoanel Sul, uma cópia das planilhas do 'amor' e da 'briga', da Odebrecht. Segundo o Ministério Público Federal (MPF), como o cartel corria riscos, a empreiteira elaborou uma planilha do "amor", onde acontecia o conluio completo com as dez construtoras que compunham o cartel, e outra planilha, a da "briga", para o caso de haver disputa "real" entre os preços entre as empresas conluídas.

A denúncia do MPF aponta que a diferença de valores entre os quadros superava os R\$ 100 milhões em um dos lotes. "Isso demonstra a gravidade da conduta e a magnitude dos danos não apenas aos demais concorrentes do mercado, mas ao erário, ou, em último sentido, a toda a sociedade", afirma o MPF.

Segundo o Ministério Público, as planilhas "briga" e "amor" foram criadas pela Odebrecht em um momento em que o cartel "corria riscos". "Com 'amor', a obra saía bem mais cara", destacou a denúncia.

Na divisão, cada um dos lotes do trecho Sul do Rodoanel foi listado pela Odebrecht com preços entre R\$ 496 milhões e R\$ 567 milhões dentro do esquema intitulado "amor". Em caso de "briga", com concorrência real, as propostas despenhariam para entre R\$ 410 milhões e R\$ 518 milhões.

Em 27 de abril de 2006, foram divulgados os resultados dos cinco lotes, "com os consórcios previstos como vencedores e os preços quase idênticos aos que a Odebrecht previu na tabela do 'amor'", avaliou o Ministério Público.

PROJETO

O Rodoanel é um projeto tocado por governos tucanos que comandam o estado de São Paulo desde 1995. Trata-se de um anel viário de 176 km que circula a capital, interligando dez estradas que passam pela região metropolitana, cruzando 17 cidades.

Ele é a obra viária mais cara do Brasil. Seu custo final deve ficar em torno de R\$ 26 bilhões, um valor 163% maior do que o previsto em 1998, segundo levantamento do jornal 'O Estado de S. Paulo'.

São quatro trechos construídos nas gestões tucanas de Mário Covas, José Serra e Geraldo Alckmin: oeste, sul e leste, já entregues, e norte, ainda em obras, com previsão de conclusão em 2019.

As suspeitas de fraude, superfaturamento e formação de cartel envolvendo o projeto, as empreiteiras e os governos tucanos existem há anos. Em 2018, elas se transformaram em denúncias criminais, com o avanço das investigações da Lava Jato. São duas até julho, uma em março e outra no último dia 27.

TRECHO SUL

Na denúncia de março envolvendo o trecho Sul, o principal alvo da operação foi Paulo Vieira de Souza, conhecido como Paulo Preto aliado de longa data do, hoje senador, José Serra. Mas também com relações com Alckmin. Ele foi diretor de relações institucionais da Dersa de 2005 a 2007, no primeiro período de Alckmin no governo do estado, até Serra assumir em 2007, quando Serra assumiu o comando de São Paulo, foi promovido a diretor de engenharia, responsável pelas grandes obras da empresa do estado, posto que ocupou até 2010.

De acordo com o MPF, Paulo Preto e outras quatro pessoas participaram de um esquema que desviou R\$ 8 milhões que deveriam ser destinados a moradores removidos de áreas onde seriam feitas obras do

trecho sul. O homem apontado como operador dos tucanos paulistas foi acusado de peculato, formação de quadrilha e inserção de dados falsos em sistema público de informação. Ele nega ilegalidades.

Paulo Vieira de Souza chegou a ser preso preventivamente mais de uma vez, mas acabou solto por determinação do ministro do STF Gilmar Mendes.

TRECHO NORTE

Na denúncia mais recente, no final do mês passado, o MPF acusou 14 pessoas, entre elas Laurence Casagrande, braço direito de Alckmin, ex-secretário de Transportes do tucano (2017) e ex-presidente da Dersa (2011-2017), empresa que conduz obras de estradas do estado, envolvida nos esquemas. Laurence está preso preventivamente desde junho, acusado dos crimes de fraude em licitação, associação criminosa e falsidade ideológica.

De acordo com os procuradores da Lava Jato, os lotes do trecho norte tiveram um superfaturamento de R\$ 480 milhões, a partir de aditivos feitos no contrato inicial com as construtoras OAS, Mendes Júnior e Isolux, para a retirada de rochas por onde a via vai passar.

Essa denúncia criminal não faz acusação de corrupção ou peculato, quando há desvio de dinheiro para benefício pessoal de agentes públicos. O MPF, porém, pediu a abertura de inquéritos separados para que investigações nesse sentido sejam conduzidas.

As acusações envolvendo obras no trecho norte incidem também sob Pedro da Silva, ex-diretor de engenharia da Dersa. Silva substituiu Paulo Preto no cargo durante gestão Alckmin.

TUCANOS

As denúncias criminais apresentadas até aqui pelo MPF, em São Paulo, não envolve os comandadores tucanos que comandavam as obras do Rodoanel, porém seus nomes aparecem recorrentemente nas colaborações premiadas da Odebrecht.

Com esses depoimentos Alckmin se tornou suspeito de ter recebido R\$ 10 milhões da construtora, por meio de seu cunhado, para as campanhas de 2010 e 2014. Seu caso estava no Superior Tribunal de Justiça, responsável por suspeitas envolvendo governadores, até o início de 2018. Mas foi transferido para a primeira instância paulista quando ele renunciou para se tornar pré-candidato do PSDB à Presidência.

Até o momento essas suspeitas não estão sendo tratadas como casos de corrupção, ou seja, a justiça ainda não investiga os casos com ligação entre o cartel no Rodoanel e o caixa dois nas campanhas de Alckmin.

O tucano se favorece disso por que na legislação brasileira, caixa dois, diferentemente de corrupção não pressupõe uma contrapartida paga por empreiteiras em troca de benefícios em obras públicas, portanto as punições são mais brandas do que na corrupção.

O nome do PSDB que vai concorrer ao Palácio do Planalto nas eleições de outubro de 2018 nega ilegalidades. Quando questionado pela imprensa se a prisão de seu ex-secretário de Transportes teria algum efeito negativo ou positivo em sua campanha, ele respondeu: "nenhum". Já José Serra, senador, com foro privilegiado, é alvo de um inquérito que está sob a guarda do Supremo e cujo relator é Gilmar Mendes. Um dos delatores da Odebrecht afirma ter pago R\$ 23 milhões para a campanha presidencial do tucano em 2010 em troca de obter auxílio em obras.

MAÍRA CAMPOS



Serra e Alckmin ocuparam o cargo de governador paulista no último período

QUADRO RESUMO DE PREÇOS - RODOANEL - AMOR	
LOTE 1	R\$ 496.000.000,00
LOTE 2	R\$ 518.000.000,00
LOTE 3	R\$ 567.000.000,00
LOTE 4	R\$ 496.000.000,00
LOTE 5	R\$ 518.000.000,00

QUADRO RESUMO DE PREÇOS - RODOANEL - BRIGA	
LOTE 1	R\$ 410.000.000,00
LOTE 2	R\$ 496.000.000,00
LOTE 3	R\$ 518.000.000,00
LOTE 4	R\$ 410.000.000,00
LOTE 5	R\$ 496.000.000,00

"A diferença de preços caso a licitação fosse legítima e não fruto do ajuste dos conluídos, variava, nas propostas comerciais da Odebrecht, entre aproximadamente 50 a 100 milhões de reais por lote", destaca a denúncia

Mendes suspende processo do 'cumpadre' Barata Filho no Rio

Gilmar Mendes suspendeu, na última terça-feira (7), a ação penal contra o dono do maior conglomerado de transportes do Rio, Jacob Barata Filho, que seria interrogado nesta semana pelo juiz federal Marcelo Bretas. A ação penal contra o empresário tramitava na Justiça do Rio de Janeiro.

O ministro acatou o pedido de suspensão feito pela defesa de Barata Filho, investigado no âmbito da Operação Ponto Final, um desdobramento da Lava Jato, deflagrada pela Polícia Federal (PF) e pelo Ministério Público Federal (MPF) no Rio de Janeiro que apura o desvio de até R\$ 500 milhões do setor de transportes do

estado, sob o comando do ex-governador Sérgio Cabral.

A defesa alegou que o processo deveria tramitar na 5ª Vara Federal, e não na 7ª Vara, onde atua o juiz Marcelo Bretas, que fixou sua competência para relatar o caso após Barata ter sido preso em julho de 2017, quando tentava embarcar para Portugal.

Os argumentos apresentados pela defesa foram suficientes para Gilmar Mendes conceder a liminar para suspender a ação penal até o julgamento do mérito definitivo no STF, que ainda não tem previsão para ocorrer. Gilmar Mendes, que tem ligações íntimas com Barata Filho,

concedeu três habeas corpus que tiraram o mafioso dos transportes da prisão.

Em agosto de 2017, a força-tarefa da Operação Lava Jato no Rio de Janeiro levantou a suspeição de Gilmar Mendes no caso de Barata e apontou que o ministro foi padrinho de casamento da filha do empresário e que um advogado do escritório de Gilmar também advoga para Barata Filho.

Para o ex-procurador geral da República, Rodrigo Janot, considerou, em julho de 2017, a suspeição de Mendes. "Há entre eles vínculos pessoais que impedem o magistrado de exercer com a mínima isenção suas funções no processo" declarou Janot.

Mudar profundamente o Brasil é lutar contra o racismo, diz Marcelo Monteiro

Marcelo Monteiro, membro da direção nacional do Partido Pátria Livre (PPL), afirmou que as propostas de reformas apresentadas pelo partido têm relação com a luta contra o racismo. "A luta contra a reforma trabalhista é uma luta contra o racismo. A luta contra o desemprego e o arrocho salarial é uma luta contra o racismo", disse, em discurso na convenção nacional do partido, realizada em São Paulo, no domingo, 5 de agosto.

Ele destacou o papel de cada um rumo a um país melhor. "O Brasil precisa de nós, precisa deste homem, João Goulart, precisa de cada de vocês, candidatos, precisa de cada um militante para que nós façamos as mudanças que são necessárias neste país".

"É preciso fazer a reforma da educação, discutir a reforma de educação é discutir o racismo. Discutir as reformas da saúde neste país é discutir o racismo. Portanto, todas as reformas não estão isoladas da discussão do racismo", enfatizou o líder político e da luta pela igualdade racial. Ele também é



"O Brasil precisa de nós", defendeu Marcelo

presidente do Centro de Tradições Afro-Brasileiras (Cetrab).

"Nós temos uma tarefa importante, fundamental, extremamente urgente, fazer com que este país tenha igualdade racial, tenha equidade de direitos para o povo brasileiro".

Marcelo encerrou seu pronunciamento fazendo uma homenagem ao professor Eduardo de Oliveira, fundador do Congresso Nacional Afro-Brasileiro (CNAB), falecido em 12 de julho de 2012. Eduardo de Oliveira faria 92 anos nesta segunda-feira, dia 6 de agosto. "Pensar nas reformas, nas questões raciais, é lembrar aqui um homem que

me trouxe [ao PPL], não de corpo presente, mas me trouxe na consciência, no coração, o nosso querido, amado e saudosos professor Eduardo de Oliveira".

Após encerrar seu pronunciamento mencionando o professor Eduardo, Marcelo Monteiro foi bastante aplaudido, e logo um grupo de jovens do PPL, acompanhado por todos os presentes, começou a cantar o refrão do Hino à Negritude, composto pelo saudosos presidente do CNAB: "Ergue a tocha no alto da glória \ Quem herói nos combates se fez \ Pois que as páginas da História \ São galardões aos negros de altivez".



Mais de 500 venezuelanos buscam refugio no Brasil diariamente

STF: ministra Rosa Weber determina a reabertura da fronteira Brasil-Venezuela

A ministra do Supremo Tribunal Federal Rosa Weber (STF), indeferiu o pedido do governo de Roraima para fechar a fronteira com a Venezuela, restringindo a entrada de venezuelanos no Brasil. "A proteção aos refugiados está intimamente ligada à proteção dos direitos humanos", diz a ministra em seu parecer que determinou a reabertura da fronteira, na última segunda (06).

O juiz federal Helder Girão Barreto, da 1ª Vara Federal de Roraima, havia emitido, no início do da segunda-feira, a decisão de limitar a entrada dos imigrantes por meio da fronteira de Pacaraima e da cidade venezuelana Santa Elena de Uairén. Com isso, a Polícia Federal fechou a divisa.

Para a ministra, o impedimento da entrada de refugiados venezuelanos no país fere a política migratória brasileira, que "confere densidade à prevalência dos direitos humanos e à cooperação entre os povos para o progresso da humanidade, princípios segundo os quais a Constituição determina expressamente".

Além disso, a existência de uma barreira para evitar a entrada de imigrantes "é medida que deflui de todas as normas internacionais a que aderiu o Brasil".

"Não se justifica, em razão das dificuldades que o acolhimento de refugiados naturalmente traz, partir para a solução mais fácil de 'fechar as portas', equivalente, na hipótese, a 'fechar os olhos' e 'cruzar os braços'", destaca Rosa Weber.

O fechamento da fronteira brasileira foi ordenado pelo juiz federal Helder Girão Barreto tomou após o decreto da governadora do estado de Roraima, Suely Campos (PP) que estabelecia a intensificação do uso das forças de segurança na fronteira, além da condição da apresentação de passaporte válido.

Segundo o juiz, a barreira foi estipulada para que houvesse equilíbrio no número de refugiados venezuelanos que entram no estado e para que os gestores pudessem se preparar para o "acolhimento humanitário" necessário.

O decreto da governadora do PP determina que apenas venezuelanos que estejam com seus passaportes válidos possam ter acesso aos serviços públicos, como os de saúde. Já que a maioria dos imigrantes passa a fronteira sem documentos de identificação, eles passariam a ser impedidos de usar os serviços públicos em Roraima.

A AGU (Advocacia Geral da União) também solicitou que fosse suspendido o decreto do governo de Roraima, pois "significa a constituição de obstáculos –se não impedimentos– ao acesso a serviços públicos por imigrantes". Concluindo, assim, que o decreto "é inconstitucional por tratar de atividades de competência da União".

Suely afirma que a medida foi tomada devido "ineficiência das ações do governo federal no controle da fronteira, que permite a entrada de pessoas no país que não se enquadram na situação de refugiados".

"Nossos pedidos de auxílio foram todos negados pelo governo federal e ainda aguardamos uma decisão do STF. É uma situação insustentável que vem causando sérios conflitos sociais, então estamos adotando procedimentos mais rígidos. O Brasil não pode continuar de costas para os problemas que estamos enfrentando, como se Roraima não existisse", disse.

Encontrado corpo de policial desaparecida em Paraisópolis, SP

A Polícia Militar encontrou o corpo da policial Juliane dos Santos Duarte dentro do porta-malas de um carro, nesta segunda-feira (6), na Rua Cristalino Rolim de Freitas, no Bairro Campo Grande, na Zona Sul de São Paulo. Juliane tinha 27 anos, desapareceu na semana passada em Paraisópolis, também na Zona Sul.

A policial foi a Paraisópolis no último dia 1º comemorar o nascimento do bebê de um casal de amigos. Em seguida, foi para um bar, e lá bandidos descobriram que ela era PM.

Uma testemunha disse que, por volta das 3 horas, ela teria escutado alguém reclamar do sumiço de um aparelho celular. Neste momento, "sacou a arma da cintura e colocou sobre a mesa, dizendo que ninguém sairia do local até que o celular aparecesse, identificando-se como policial". Cerca de 40 minutos depois, de acordo com as amigas que estavam com Juliane, quatro homens encapuzados invadiram o local, portando armas de fogo. A policial foi baleada duas vezes e levada pelos homens.

A Polícia Civil e a Corregedoria da PM investigam se a facção criminosa PCC (Primeiro Comando da Capital) está envolvida no crime. A Polícia Civil diz que a perícia preliminar no corpo da policial indica que ela teria sido morta no domingo, ou seja, que teria ficado sob a posse dos criminosos por quatro dias.

Acordos coletivos recuam 45,2% no 1º semestre com reforma trabalhista



Assembleia dos trabalhadores das indústrias de extração de ferro e metais

Com as mudanças da lei, ficou liberado para que o patronato retire direitos que já estavam acordados anteriormente

O número de acordos e convenções coletivas de trabalho diminuiu drasticamente no primeiro semestre de 2018, frente ao mesmo período do ano passado. Com o advento da “reforma trabalhista” (Lei 13.467/2017), aprovada em novembro último, foram assinados 45,2% acordos a menos do que em 2017.

A pesquisa, realizada pela Fundação Instituto de Pesquisa Econômica (Fipe) da USP, diferencia os acordos coletivos, celebrados entre trabalhadores de uma determinada empresa e a direção, e as convenções coletivas, discutidas entre toda a categoria e os sindicatos patronais.

Foram celebrados 7.563 acordos no primeiro semestre de 2018, contra 11.462 em 2017, e 920 convenções, ante 1.680 no ano passado.

“Alguns sindicatos patronais estão querendo tirar conquistas obtidas anteriormente. Isso deixa tudo mais difícil e, por isso, a quantidade de negociações concluídas está caindo”, afirma o pesquisador da Fipe e responsável pelo levantamento, Helio Zylberstajn.

Segundo o economista do Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos), Luís Augusto Ribeiro da Costa, cuja entidade realizou pesquisa semelhante, mas apenas nos quatro primeiros meses do ano, os dados permitem a interpretação de que “as negociações estejam mais difíceis em função das mudanças trazidas pela reforma trabalhista. É o que observamos em algumas categorias. O lado patronal faz pressão para a retirada de cláusulas sociais dos acordos, e os trabalhadores resistem”.

De fato, há diversos relatos de dificuldades por parte dos sindicatos – como os números da pesquisa evidenciam – mesmo quando os acordos foram fechados. É o caso do Acordo Coletivo firmado entre o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Extração de Ferro e Metais Básicos de Carajás (Metabase-MG) e a Vale.

“A empresa atrasou as negociações em dois meses e entre os trabalhadores foram plantados balões de ensaio informando a intenção patronal de cortar direitos, a começar pelas horas in itinere [quando o contratante tem de pagar pelas horas que o trabalhador gasta para chegar ao

ANA CLÁUDIA

Audidores fiscais param por descumprimento de acordo

Os Auditores Fiscais da Receita Federal retomaram a greve pelo cumprimento do acordo salarial fechado com o governo federal em março de 2016, nesta segunda-feira (06).

A categoria estava paralisada desde novembro de 2017 em campanha salarial e suspendeu a greve em assembleia no dia 2 julho em busca de negociação com o Governo. O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM) se comprometeu a atuar junto ao Presidente Michel Temer pela garantia da regulamen-

tação do Bônus Eficiência, já aprovado pela Lei 13.464/2017.

A suspensão da greve estava condicionada ao cumprimento do acordo até o dia 31 de julho, com indicativo de retomar a paralisação caso não fosse cumprida. Com o não cumprimento do acordo, a categoria retornou à greve.

Os trabalhadores denunciam que o texto de regulamentação está parado por falta de vontade política. “Agora, diante da persistente inércia da Administração e da falta de compromisso por parte do Governo, a resposta da categoria

vai ser a retomada da mobilização, com uma greve ainda mais forte.”, diz o Sindicato dos Auditores da Receita Federal (SindFisco). “O texto se encontra desde 6 de março deste ano à espera da sanção presidencial.”, completa a nota.

O presidente do SindFisco, Cláudio Damasceno, convocou a categoria a retomar a greve “Acordo é para ser cumprido! Não aceitaremos que depois de toda luta que travamos nos últimos anos, o ministério da fazenda seja responsável pelo não cumprimento do nosso acordo.”



O prefeito Nelson Marchezan Jr se nega a negociar com a categoria

Em greve, servidores de Porto Alegre ocupam prefeitura por aumento salarial

Os servidores municipais de Porto Alegre, em greve desde o dia 31 de julho, ocuparam a sede da prefeitura, na terça-feira (7), exigindo a abertura de diálogo sobre a reposição salarial da categoria. A categoria realizou ato às 11h, no Paço Municipal, ocupando o prédio, em seguida, durante todo o dia.

O prefeito Nelson Marchezan Jr. (PSDB), que não estava no prédio no momento da ocupação, solicitou à Secretaria de Segurança do Estado intervenção da Brigada Militar. A BM foi responsável pela negociação com os trabalhadores.

Os trabalhadores estão na luta para que a prefeitura reabra o

diálogo sobre a reposição salarial que não ocorre desde 2016. A prefeitura de Marchezan já deve aos servidores um reajuste de 6,85%, referentes ao mês de maio de 2016 a abril de 2018.

O juiz Vanderlei Deolindo concedeu liminar de reintegração de posse com a possibilidade de multa de R\$ 200 mil, além do uso da força policial contra os ocupantes. Em nota, o Sindicato dos Municipais de Porto Alegre (Simpa) disse que a categoria decidiu pela desocupação após a chegada do ofício de reintegração de posse.

“O movimento demonstrou a força de mobilização da categoria, escancarou a intransigência e a incapacidade de Marchezan

em dialogar com os trabalhadores e trabalhadoras, e unir ainda mais os municipais para enfrentar os ataques do prefeito.”, disse o Simpa.

O prefeito, ao falar sobre o movimento afirmou que, “enquanto não acabar a greve e não determinarem outros interlocutores e não pararem com esses invasores da prefeitura, vândalos e criminosos não haverá um minuto de reunião com essas pessoas.”

A categoria desocupou o prédio durante a noite da terça-feira. Os servidores realizaram novo ato na prefeitura na quarta-feira (8), seguido de caminhada até a câmara municipal e assembleia na Casa do Gaúcho às 14h.



Para manter mentira do déficit, governo publica o Fluxo de Caixa escondendo o dinheiro da Seguridade Social destinado à Previdência

Onde está o dinheiro da Previdência Social?

MAURÍCIO OLIVEIRA*

O governo afirma que o Regime Geral de Previdência Social (RGPS), administrado pelo INSS, teve um déficit de R\$ 182 bilhões em 2017, entretanto o valor configura recursos constitucionais do orçamento da Seguridade Social, que cobrem as necessidades de financiamento do sistema de Previdência Social.

O governo, para manter a mentira do déficit, simplesmente omite no Fluxo de Caixa do INSS, que são exatamente esses recursos da Seguridade Social. Ao invés de informar à sociedade brasileira como um todo sobre o balanço financeiro completo da Previdência, o governo publica o Fluxo de Caixa escondendo o dinheiro da Seguridade Social destinado à Previdência. Omitir ou esconder informações constitucionais é crime, e é isso que está acontecendo.

O governo fala de reforma da Previdência apenas para reduzir despesas com aposentadorias e pensões, mas não traz para o debate a questão fundamental sobre as receitas do sistema que são reduzidas e descaracterizadas. Vamos agora listar as receitas que são subtraídas da caixa da Previdência.

Os dados apresentam os problemas financeiros estruturais da Previdência Social que devem ser combatidos com boa gestão, transparência das informações e proibição contra desvios de recursos. Não é necessário nenhuma reforma para dificultar o acesso às aposentadorias e pensões e reduzir direitos.

Desvios de recursos orçamentários da Seguridade Social - R\$ 153 bilhões

DRU (30% dos recursos das contrib. sociais da Seguridade Social) - R\$ 93 bilhões

Renúncias fiscais (legislação especial que favorece alguns setores) - R\$ 55 bilhões

Desoneração da Folha (acumulado de 2012 a 2017) - R\$ 84 bilhões

Fraudes de benefícios - R\$ 5 bilhões

Desemprego - R\$ 15 bilhões

Devedores (inadimplência/dívida ativa) (valor variável a cada dia) - R\$ 426 bilhões

Sonegação (média dos últimos anos - R\$ 45 bilhões

Total - R\$ 876 bilhões

Boa gestão, recuperação de receitas e respeito constitucional

Toda vez que o governo fala da Previdência é para falar que as despesas com as aposentadorias, pensões e auxílios são muito elevados. E que o sistema não consegue pagar essas despesas. Nunca o governo debate a questão da gestão da previdência, que é o maior problema do sistema.

Falta à Previdência Social uma boa gestão e que significa melhorar a fiscalização dos seus recursos arrecadados e suas destinações, e melhorar a cobrança dos recursos a receber. Isso é fundamental para combater as fraudes e a sonegação. E quanto aos devedores, é preciso construir uma política de cobrança via Congresso Nacional.

Com relação às suas receitas, a Previdência arrecada mais de R\$ 400 bilhões por ano. Essa receita é a segunda maior do Brasil e é superior a muitos países do mundo e comparável a países com um grau de desenvolvimento econômico muito elevado, o que não é o nosso caso.

A nossa Previdência também recebe recursos constitucionais da Seguridade Social para aposentadorias rurais e benefícios assistenciais. Não falta dinheiro para honrar seus compromissos com as aposentadorias e pensões. O problema é que o governo desvia os recursos previdenciários para outras finalidades e, dessa forma, cria o fantástico déficit no sistema.

A Constituição garante o equilíbrio financeiro da Previdência Social através do sistema da Seguridade Social (artigos 194 e 195 da CF). A Previdência que queremos é a que respeita a Constituição do país, que distribui renda para os municípios, que valoriza os aposentados e pensionistas, que ampara os idosos e que cumpre sua finalidade social.

* Assessor Econômico da COBAP (Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas)

A entidade não aprova esta linha de atuação, e nem a libertação de presos já julgados e condenados em todas as instancias possíveis.

Lei abaixo a íntegra da nota:

“Tendo em vista os materiais publicados pela CUT, que transformam o ‘Dia do Basta’ – 10 de agosto – num ato ‘Lula Livre’, rompendo a unidade aprovada pelas Centrais em defesa do emprego, da aposentadoria e dos direitos trabalhistas, a Executiva Nacional da CGTB, reunida neste 6 de agosto, em São Paulo, decidiu não participar da citada manifestação”.

CGTB denuncia manipulação pró Lula do “Dia do Basta”

A CGTB anunciou nesta semana que vai retirar a sua participação do “Dia do Basta”, organizado pelas centrais sindicais e encabeçado pela CUT, por não concordar com os rumos da direção do movimento.

Inicialmente pensado para ser uma manifestação contras as políticas de recessão, como os juros altos e a Reforma Trabalhista e da Previdência, a CGTB denuncia que a direção do ato o transformou em mais uma plataforma para defender a liberdade de Lula, preso desde o mês de abril por corrupção passiva e ocultação de patrimônio.

Hiroshima rende tributo a mortos pela bomba atômica dos EUA



Bombas israelenses atingem Jabalya, Gaza Bombardeio israelense à Faixa de Gaza assassina Palestina grávida e filha

Israel atacou, mais uma vez, no dia 8, a Faixa de Gaza. Mais de dez bombas foram lançadas sobre uma das regiões de densamente população fazendo subir volutas de fogo e fumaça na noite da região palestina bloqueada.

O Ministério da Saúde da Faixa de Gaza informa que Inas Muhammad Khamash, grávida de 23 anos e sua filha de um ano e meio de idade morreram sob o bombardeio. O marido de Inas, Muhammad Khamash, ficou ferido.

Vítima de uma outra bomba, lançada na mesma noite, morreu mais um palestino, Ali al-Ghandour.

A agressão acontece depois do anúncio de um cessar-fogo entre o Hamas e as Forças israelenses mediado pela ONU e pelo Egito, o que levantaria o bloqueio de Israel a itens essenciais para os palestinos de Gaza.

As negociações levariam à suspensão de manifestações e outras ações de massa ou da Resistência Palestina contra Israel. Em troca o bloqueio israelense à Faixa de Gaza seria levantado. Forças israelenses, no dia 7, já haviam atacado um posto do Hamas matando dois combatentes palestinos. O pretexto israelense foi que teria havido um ataque contra um veículo do lado israelense da fronteira. O Hamas negou qualquer violação do cessar-fogo dizendo que os tiros eram de treinamento e dois quilômetros distante da cerca que separa Israel da Faixa de Gaza.

O ataque israelense foi respondido com mísseis de curto alcance e sem letalidade por parte do Hamas. Desta vez, nove israelenses ficaram feridos, informa o jornal israelense Haaretz.

O enviado da ONU para o Oriente Médio, Nickolay Mladenov, repudiou o bombardeio israelense destacando que “nossos esforços coletivos impediram, até o momento, a situação de explodir com consequências desastrosas para todos”.

O coordenador da ONU para Assuntos Humanitários, Jamie McGoldrick, exige que Israel permita a entrada de combustível a Gaza. As pequenas usinas termelétricas de Gaza estão quase sem combustível o que já está afetando o serviço hospitalar. “O bem-estar de dois milhões de pessoas, metade delas crianças está correndo sérios riscos”, acrescentou McGoldrick.



Cadáveres e sobreviventes gravemente feridos logo após a devastação nuclear

Argentinos marcham por “Pão, Teto e Trabalho” e repudiam submissão ao FMI

Com a palavra de ordem “Pão, Teto e Trabalho”, mais de 200 mil trabalhadores desempregados ou com serviços temporários, além de militantes de organizações sociais, marcharam na terça, dia de São Caetano, até a Praça de Maio de Buenos Aires, contra as medidas de arrocho de Macri e o acordo com o FMI. É o terceiro ano consecutivo que se realiza o protesto em torno do padroeiro do pão e do trabalho, com grande adesão popular.

A mobilização teve o apoio das centrais sindicais Confederação Geral do Trabalho, CGT, e as três Centrais de Trabalhadores da Argentina, CTA. Encabeçadas por movimento Bairros de Pé, Confederação de Trabalhadores da Economia Popular (CTEP) e a Corrente Classista e Combativa, as colunas de manifestantes vindos de várias regiões da capital argentina contaram com a crescente participação de pessoas que foram se somando durante a passagem da marcha.

Esteban “El Gringo” Castro da CTEP no encerramento assinalou: “Este regime, em seu afa de concentração econômica, expulsa sistematicamente trabalhadores do emprego formal. Expulsos, tivemos que criar novas formas de trabalho: vendedores de rua, catadores de papel, pescadores artesanais, integrantes das cooperativas sociais. Todos nós necessitamos ter a mesma dignidade que o resto da



‘Trabalhadores não vão se ajoelhar diante do FMI’

classe trabalhadora, empregos, carteira assinada, direitos trabalhistas”.

“Com 88 bilhões de dólares, a totalidade dos trabalhadores da economia popular receberiam salários, não só durante um ano, mas por dez”, frisou Castro denunciando o partido Cambiemos, de Macri, por ter gerado mais pobreza enquanto “decidia a fuga para o exterior de 88 bilhões dólares”.

Os movimentos sociais expressaram seu rechaço ao empréstimo do FMI e reiteraram sua reivindicação de que se aprove uma série de projetos de lei, entre eles a Emergência Alimentar. “O governo põe em sério risco a paz social quando nos impõe o acordo com o FMI que nenhum setor social avaliza. O Fundo só nos levará a aprofundar os níveis de pobreza e fome e a destruição do emprego”, destacou Daniel Menéndez do Bairros de Pé.

Juan Carlos Alderete, da Corrente Classista, falou das “milhares de demissões” e se solidarizou com os trabalhadores demitidos da Agência estatal de notícias, Télam, do Estaleiro Río Santiago e da Central Nuclear Atucha. Sobre os trabalhadores da chamada economia popular disse que “vivemos trabalhando ‘de vez em quando’ e ainda nos chegamos tarifas impagáveis”. Lembrou que, “há milhares de homens, mulheres e crianças morando na rua” e denunciou que “temos um governo que está cheio de hipócritas que ganham com as corridas financeiras”.

A primeira marcha de São Caetano foi realizada em 2016, quando Macri estava oito meses no governo. A mobilização teve o apoio do Papa Francisco e setores progressistas da igreja.

SUSANA SANTOS

A nova entrega de Yaciretá e a luta pela soberania do Paraguai(I)

CECÍLIA VUYK *

O governo do Paraguai, há poucos dias de terem assumido as novas autoridades legislativas e a poucos dias de assumirem as executivas, aprovou as Notas Reversas que revisam o Anexo C do Tratado de Yaciretá, concretizando uma nova entrega da soberania, com governos do mesmo sinal político e baseados nos mesmos interesses latifundiários e financeiros que vêm desde a Guerra Grande (1865-1870), passando pela ditadura cívico-militar stroesnista (1954-1989) até nossos dias.

Na última segunda-feira, após a convocação dos centros acadêmicos das universidades, milhares de paraguaios e paraguaias se concentraram em Assunção e nas capitais dos departamentos para repudiar a corrupção e a entrega de Yaciretá. A força da mobilização do povo paraguaio é a única garantia de freio ao entreguismo, e de recuperação da soberania e da independência para o desenvolvimento nacional.

Em 27 de março de 2014 se cumpriram 40 anos da entrada em vigor do Tratado de Yaciretá e, com isso, se abriu a revisão de seu Anexo C que estabelece as bases financeiras e de prestação dos serviços de eletricidade, que culminou na assinatura do Acordo conhecido como Macri-Cartes.

Os governos paraguaio e argentino, encabeçados por Horacio Cartes e Mauricio Macri, assinaram em 4 de maio de 2017 a Ata de Entendimento que encerrou três anos de negociações. O conteúdo do

acordo foi tornado público logo após a sua assinatura, abrindo uma intensa luta que, na atualidade, tem ganhado força e se instalado como causa nacional, já que este acordo mantém, com ajustes ainda mais benéficos à burguesia argentina e internacional, o mesmo esquema de dominação e dependência paraguaia da Argentina e do capital financeiro em Yaciretá.

A Ata de Entendimento foi aprovada pelo Senado em final de mandato em sua última sessão de junho deste ano, sem debates nem argumentações, uma vez conquistada a maioria com votos do oficialista Partido Colorado - Associação Nacional Republicana - e o setor alinhado ao Partido Colorado do Partido Liberal Radical Auténtico. Da mesma forma, no começo de agosto, a Câmara dos Deputados, cujos novos integrantes assumiram em primeiro de julho, aprovou as Notas Reversas que validam o Acordo, gerando um amplo repúdio da população paraguaia. Representantes do governo que assumirá no próximo dia 15 - como o futuro presidente da ANDE (Administração Nacional de Eletricidade), engenheiro Pedro Ferreira, e o futuro ministro da Fazenda, Benigno López, passaram a argumentar a favor deste acordo que entrega novamente a soberania paraguaia.

O que dizem as Notas Reversas do acordo Cartes-Macri? São três os principais pontos lesivos aos interesses paraguaios.

O primeiro é o reconhecimento da dívida da entidade

binacional pelo valor de US\$ 4,084 bilhões. O governo argumentava que a dívida era de US\$ 17 bilhões e que conseguiu baixá-la. No entanto, a dívida na atualidade deveria ser zero, e a mesma se mantém elevada unicamente por causa da corrupção imperante na entidade. Até a presente data, e tendo a fachada da binacionalidade como pretexto, não foi realizada nem uma única auditoria da dívida, sendo esta, consequentemente, uma dívida considerada espúria e ilegal. A dívida será paga ao longo de 30 anos, em partes iguais (50% Argentina e 50% Paraguai), em que pese o fato do Paraguai ter utilizado unicamente 5,8% da energia total.

O segundo elemento é o adiamento do pagamento da indenização pelo território inundado do Paraguai. Para a construção da represa de Yaciretá se inundou uma parte de ambos países, sendo 80% do território inundado paraguaio, e 20% argentino. Se contemplava um pagamento em caráter de compensação, o qual segue sendo devido desde 1994. Longe de propor o pagamento devido pela entidade ao Estado paraguaio em função da compensação não cobrada até a data, Cartes e Macri acertaram iniciar este pagamento somente em 2023.

O terceiro elemento, chave, é a manutenção da cessão de energia, quer dizer, da impossibilidade do Paraguai dispor livremente da parte da sua energia que não consuma.

* Cecilia Vuyk é professora, política e investigadora social (continua na próxima edição)

No 73º aniversário das bombas atiradas no Japão, entidades internacionais, religiosas e japoneses de Hiroshima e Nagasaki participaram de ato onde foram condenados os responsáveis pelo genocídio nuclear

No 73º aniversário das bombas lançadas pelos Estados Unidos no Japão, entidades internacionais, religiosas e japoneses de Hiroshima e Nagasaki renderam tributo aos assassinados e condenam os que usaram as armas nucleares contra civis.

Em 6 de agosto de 1945 os Estados Unidos utilizaram, pela primeira vez na história, uma bomba nuclear, decretando, um fim trágico e criminoso para a 2ª Guerra Mundial. Num piscar de olhos, dezenas de milhares de pessoas que viviam na cidade de Hiroshima morreram. Três dias mais tarde, o alvo dos estadunidenses foi Nagasaki. Estima-se que, somando os dois bombardeios, morreram 140 mil pessoas de forma imediata, sendo a imensa maioria composta por civis. Mais centenas de milhares sofreram pelo resto de suas vidas a ação da radiação. Desde então, nenhuma outra bomba atômica foi utilizada em guerra.

Segundo a Federação Sindical Mundial (FSM), “o lançamento de bombas atômicas foi para intimidar os povos, para enviar uma ‘mensagem’ à União Soviética e ao movimento de trabalhadores de todos os países”.

O prefeito de Hiroshima, Kazumi Matsui, na abertura da cerimônia de homenagem às vítimas, alertou que os arsenais nucleares mantidos por alguns países, inclusive os que já fizeram uso do artefato, são um perigo à paz mundial. Kazumi pediu para que os líderes mundiais conversassem e negociassem para pôr fim aos arsenais nucleares. Foram adicionados ao monumento em homenagem aos assassinados os nomes dos sobreviventes dos bombardeios que faleceram do ano passado para cá.

A organização dos Bispos Católicos do Japão abriu o evento “Dez dias pela paz, 2018” com uma homenagem às vítimas do crime norte-americano. O evento resgata os momentos importantes que ocorreram pela paz desde o fim da 1ª Guerra Mundial – que tem seu centenário em novembro deste ano. Para a organização, a humanidade deve se apoiar nos bons exemplos de cooperação e diálogo para garantir a paz.

P.S.B.

Arábia Saudita corta a cabeça e ainda crucifica o acusado

A Agência Saudita de Notícias (SPA) registrou que um condenado, um migrante natural de Myanmar, teve a cabeça decepada e foi crucificado em Meca na quarta-feira (8), sob endosso do rei saudita Salman bin Abdulaziz Al Saud, da Suprema Corte e da corte de apelações. Segundo a sentença, Elias Abulkalam Jamaleddeen era culpado de latrocínio após invasão de uma casa e de tentativa de estupro e roubo de armas e munição em outra residência.

Apesar de ser um dos campeões de execuções no mundo, são raras as crucificações na Arábia Saudita, mas quando isso acontece o corpo sem cabeça é posto em exibição com os braços estendidos. Em julho, em um único dia o regime saudita executou sete adultos condenados por homicídio e tráfico de drogas. O número de cabeças cortadas no primeiro trimestre de 2018 cresceu 70% em comparação com igual

O Conselho Português para a Paz e Cooperação (CPPC) divulgou um texto recordando os horrores vividos na ocasião e denunciando o gigantesco arsenal que os Estados Unidos mantém. “Recordar Hiroshima e Nagasaki é, hoje, muito mais do que um mero exercício de memória ou merecido ato solene de respeito pelas vítimas. É, acima de tudo, um grito de alerta para os riscos hoje existentes: pela dimensão e potência dos atuais arsenais nucleares, uma guerra nuclear não se limitaria a replicar o horror vivido em Hiroshima e Nagasaki, antes o multiplicaria por muito”, afirma a entidade.

“Existem atualmente cerca de 16 mil ogivas nucleares, a maioria das quais muito mais potentes do que as que arrasaram as cidades japonesas em Agosto de 1945: destas, 15 mil estão em poder dos Estados Unidos da América e Federação Russa e as restantes nas mãos da França (300), China (270), Grã-Bretanha (215), Paquistão (120-130), Índia (110-120), Israel (80) e República Popular Democrática da Coreia (menos de 10); outros cinco países – Alemanha, Bélgica, Holanda, Itália e Turquia – acolhem armas nucleares dos EUA no seu território, além das que se encontram igualmente espalhadas pelo mundo, em centenas de bases militares e esquadras navais”, denuncia o conselho. Para a organização, se faz necessário fortalecer as ações “em prol da paz e do desarmamento” de todos os países.

No Japão, as manifestações pelo desmonte da base norte-americana tem reunido multidões mas os governos do país seguem submissos à presença militar norte-americana exacerbada em seu território.

A FSM também firmou sua posição favorável ao desarmamento e desnuclearização generalizados. “A Federação Sindical Mundial (FSM), desde o primeiro ano de sua fundação em 1945, teve uma posição clara contra as armas nucleares. Em todos os seus congressos as decisões que solicitam a abolição de todas as armas nucleares de todos os países foram votadas”, declarou a entidade.

P.S.B.

Músico da Revolução, Mejía Godoy vai para o exílio por perseguição de Daniel Ortega

Ícone da revolução popular Sandinista, o músico Carlos Mejía Godoy foi obrigado a partir para o exílio diante da perseguição do governo de Daniel Ortega e de sua esposa, Rosario Murillo, contrariados pelas novas canções com as quais o cantor embalou a insurreição que varre o país contra o despotismo da dupla desde 18 de abril.

Conforme Mejía Godoy, ele decidiu se exilar na Costa Rica assim que foi alertado de que corria perigo por denunciar o regime orteguista. “Tive que sair da Nicarágua, porque minha vida estava em risco”, afirmou.

“Tive que sair sem avisar a ninguém, de forma urgente da Nicarágua. Fui recomendado que abandonasse o país o quanto antes. Permaneci na Nicarágua o tempo que pude, mas saí em exílio porque considero que minha voz fora da Nicarágua também é importante”, declarou Mejía Godoy, destacando que voltará à Pátria de Sandino assim que existirem condições de segurança.

Enquanto isso, disse que utilizará sua arte para fazer ouvir a voz do povo da Nicarágua, o que já fez na Espanha da transição, durante seu exílio, em 1977, quando denunciava a ditadura somozista. Com a mesma determinação, compôs recentemente “Os heróis de abril”, “As mães de abril” e “Sou Alvarito Conrado”, exaltando a resistência iniciada com as manifestações. Com apenas 15 anos, o estudante Alvaro Conrado morreu com um tiro no pescoço vítima da repressão orteguista.

Há um mês, em carta personalizada a Daniel

Ortega, o músico acusou o presidente de exercer “um cinismo sórdido” e de executar um genocídio contra o seu próprio povo desde que iniciaram as mobilizações contra a reforma da Previdência. “Daniel: completei 75 anos de idade. É cinquenta (meio século) de cantar a realidade de meu povo. Dou-te uma má notícia. Nunca irei me aposentar, porque, como sabes, os pássaros não se aposentam. Por isso aqui estou, mais entregue do que nunca, à causa da liberdade, da justiça e da decência, como dizia Sandino, de Niquinohomo, o ‘legítimo’, não aquele que vocês desfiguraram à sua imagem e semelhança”, protestou.

Em entrevista ao vivo na televisão, o cantor da revolução fez uma exortação para que Daniel Ortega escolha o caminho da vida e não da morte. “Em nome deste Deus, que te enche a boca e a alma. Em nome deste Deus, que está vendo este holocausto, pare de matar. Já, Daniel. Pare de matar”, implorou.

A partir daí as ameaças contra Mejía Godoy se multiplicaram rapidamente, atingindo, inclusive, os filhos do artista, aos quais ele também escreveu uma carta aberta, em que pedia desculpas por lhes afetar em sua vida privada. “Apelo para que denunciem os ataques daqueles que se escondem no anonimato para lançar, covardemente, podridão e lixo contra vocês, pois esses ataques são tão criminosos como os que se perpetuam com armas físicas letais. Diz o Papa Francisco, que tão terrorista quanto quem instala uma bomba, é o que lança uma calúnia contra o próximo”, assinalou Mejía Godoy.

Resgate por Israel revela farsa do 'humanitarismo' dos Capacetes Brancos (3)

(continuação da edição anterior)

Concluimos nesta edição a publicação da coluna da jornalista inglesa Vanessa Beeley que viajou à Síria em meio à batalha pela libertação de Aleppo e desmistificou a organização Capacetes Brancos e, em especial, o filme premiado com o Oscar de melhor documentário, 'Os últimos homens em Aleppo', que tentava glorificar a organização financiada pelos serviços secretos dos EUA e Inglaterra e que se propalava neutra e de resgate humanitário. "Os Capacetes Brancos são uma fraude. Eles são uma fraude do começo ao fim", conclui Vanessa. Na verdade, seu papel é corroborar as versões de guerra química assadas contra o Exército sírio, pretexto central para justificar a intervenção norte-americana quando os bandos terroristas financiados pela CIA desmoronavam rumo à derrota. (N.B.)

VANESSA BEELEY*

"Além das informações acima [continua a carta de 'esclarecimentos' à solicitação de ativistas dentro da Lei de Liberdade de Informação], contratamos um monitor independente para verificar a validade dos serviços que estão chegando aos beneficiários aos quais se devem destinar e que tais serviços são usados para os devidos propósitos. O Escritório de Assuntos Externos e da Comunidade de Nações (FCO) tem encontros regulares com nosso parceiro e os Capacetes Brancos, assiste ao Encontro Geral Anual dos Capacetes Brancos e visita os centros de treinamento destes".

Diante dessas "informações", é justo supor que o governo inglês se encontra regularmente com a organização de longo alcance do FCO, a Mayday Rescue e assiste ao Encontro Geral Anual dos Capacetes Brancos sem nunca haver chegado as informações que lhe são fornecidas por este cartel?

"Em resposta a sua pergunta final, a Defesa Civil Síria [apelido usado pelos Capacetes para enobrecer sua ação a serviço da intervenção] não fornece os nomes das pessoas que resgata ou o resultado de qualquer tratamento médico subsequente ao socorro".

Estaríamos diante de uma clara negligência grosseira se o governo inglês alegasse esforços de autenticação das informações sobre as quais baseia sua política externa na Síria. O que tudo isso de fato revela é que o FCO criou deliberadamente um ciclo fechado de propaganda que fornece precisamente a informação requisitada pelo próprio FCO para justificar sua política intervencionista na Síria. Tudo mais é falsificação e obscurantismo político.

Os Capacetes Brancos são uma fraude. Eles são uma fraude do começo ao fim. Se tivessem, de fato, salvo um tal número gigantesco de civis sírios, por nunca vemos civis sírios louvando estes feitos? Ao invés disso, não escutam nada além de acusações de crimes contra a humanidade cometidos diretamente pelos Capacetes Brancos e em colaboração com a Al Qaeda e grupos extremistas a ela associados, a exemplo do Nour Al Din Zinki que decapitou um garoto palestino de 12 anos de idade a apenas 200 metros de distância do centro dos Capacetes em Al Ansari, Aleppo Leste. Quando Abdullah Issa implorava para ser morto de forma mais humana, em 2016, onde estavam os Capacetes Brancos? Muito ocupados, olhando na outra direção, ou buscando "bombas barris" nos céus, em preparação para o seu segundo filme indicado ao Oscar, *Os Últimos Homens em Aleppo*.

Israel não oferece assistência "excepcional" a seus inimigos. Os Capacetes Brancos são "amigos" de Israel, assim como o são os milicianos e assassinos extremistas que escaparam sob cobertura de invisibilidade dos Capacetes Brancos. O governo inglês "paga um tributo ao bravo e altruísta trabalho dos voluntários dos Capacetes Brancos que salvaram civis sírios dos dois lados do conflito", ainda que, em 2015, o ex-agente inglês Le Mesurier tenha admitido caráter sectário da organização.

Os Capacetes Brancos demonstraram sua natureza violentamente sectária em muitas ocasiões, talvez a mais notável tenha sido o chamado ao "exterminio" das comunidades xiitas sírias de Kafarya e Foua no interior do Estado de Idlib durante o cerco da Frente Al-Nusra que começou em março de 2015. A liberação final destas aldeias que enfrentaram longo sofrimento foi completada recentemente, sem nenhuma ajuda dos Capacetes Brancos, apesar de clamarem que "atendem a todos os lados do conflito".

Quando ao povo sírio, não haverá estátuas erigidas em "honra" a estes "salvadores da espécie humana desarmados e imparciais" - tal privilégio estará reservado aos Capacetes Brancos na Inglaterra, França, Alemanha, EUA e Canadá, que devem a maior gratidão ao grupo que fomentaram e financiaram por cinco anos. Um grupo que lhes forneceu as desculpas fabricadas para cometerem os crimes de guerra contra a Síria sob a bandeira do "humanitarismo excepcional" uma afirmação que tem se comprovado vazia e hipócrita quando se pesquisa o mapa da estrada do intervencionismo anglo-americano. É um mapa junca de cadáveres daqueles que serviram, mas já não são mais "de serventia aos propósitos da intervenção". É claro, então, que o propósito dos Capacetes Brancos ainda não foi totalmente utilizado.

* É fotógrafa e jornalista investigativa. Editora associada do portal 21st Century Wire e que tem concedido entrevistas à agência Russia Today - RT.

Europa anuncia proteção a suas empresas contra sanções de Trump



Chanceler Federica: 'Irã cumpre Acordo e seu povo tem direito aos benefícios'

Presidente do Equador diz que ficará "encantado" ao pedir a Assange que se entregue a Washington

Em sua mais recente genuflexão ao governo dos EUA, o presidente do Equador, Lenin Moreno, declarou que o fundador do WikiLeaks, Julian Assange, terá de sair da Embaixada equatoriana em Londres. Mas será "quando queira". Segundo o mais novo vassallo de Washington, "não é viável para o cumprimento dos direitos humanos" que uma pessoa "passe tanto tempo" detido numa embaixada.

Como se ficar confinado em um prédio durante mais de cinco anos não fosse a única opção dada ao ativista australiano para não ser extraditado aos EUA, onde está ameaçado de ser condenado à morte. Com extrema coragem, Assange tornou públicas, em 2010, informações sigilosas de crimes de guerra cometidos pelo governo estadunidense e documentos secretos que revelam práticas ilegais - assassinatos, torturas e espionagem - e de ingerência ianque em vários países.

"Nos pusemos em contato com o advogado de Assange para chegar a algum acordo, no que deve prevalecer a sua vida e as normas internacionais", assinalou cnicamente

o fantoche, como se tivesse alguma preocupação real com os direitos da vítima, perseguida e criminalizada por ter divulgado a verdade. Segundo Moreno, "se chegamos a um acordo deste tipo, estamos encantados de solicitar ao senhor Assange que abandone a Embaixada e se submeta a um julgamento que lhe corresponde". Não basta ser servil, precisa ficar encantado em se submeter ao jogo sujo.

Entregar o fundador do WikiLeaks aos mesmos criminosos que denunciou, segundo o bajulador equatoriano, seria uma forma de abrir caminho à Justiça. "Nunca estive de acordo com as atividades que realiza o senhor Assange, nunca estive de acordo com intervenções em mensagens privadas de pessoas para obter informação, por mais valiosa que seja para revelar certos atos indesejáveis de governos ou pessoas", destacou Moreno. Na opinião de Moreno, "existem formas corretas e legais de fazê-lo".

Como se desconhecesse que quem cometeu não um, mas vários e gravíssimos

crimes pelo mundo afora, foi o governo dos EUA e não quem os denunciou, com fatura de provas e documentos.

Apesar de nunca ter sido acusado e muito menos condenado por qualquer crime, Assange permanece asilado na embaixada do Equador em Londres, desde 2012 para se proteger de uma farsa orquestrada por Washington, em conluio com a Inglaterra e a Suécia, para calar sua potente voz. Ainda que as autoridades suecas tenham recuado da acusação de abuso sexual - as moças utilizadas inicialmente na acusação recusaram, e o "crime" prescreveu -, Londres manteve em alto a perseguição, alegando que ele faltou a uma audiência no país e recusou qualquer compromisso para não extraditá-lo aos EUA.

Conforme afirmou o documentarista australiano, John Pilger, o único crime de Assange foi expor como ninguém os crimes de guerra dos EUA no Iraque e Afeganistão. "Em toda a minha vida, nenhum jornalismo investigativo pode se igualar à importância do que o WikiLeaks fez ao convocar o poder para prestar contas", sintetizou. L.W.S.

Coreia Popular repele 'dupla moral' dos belicistas dos EUA e pede respeito pela Cúpula de Cingapura

A República Popular Democrática da Coreia (RPDC) condenou a "dupla moral" dos belicistas de Washington e pediu "respeito ao espírito das negociações da cúpula de Cingapura" que deu passos em direção à construção da paz na Península Coreana.

A posição foi publicada, terça-feira, no jornal Rodong Sinun, porta-voz do Partido do Trabalho da Coreia, que sustenta o caminho da desnuclearização, que precisa ser pavimentado com diálogo e negociação, em vez de sanções e bloqueios.

Conforme o jornal, os departamentos de Estado e do Tesouro, e o próprio Congresso dos EUA, devem

recordar que o "histórico aperto de mãos" entre os presidentes Kim Jong Un e Donald Trump, de 12 de junho, em Cingapura, não foi resultado de pressões sobre Pyongyang, mas da confiança e do respeito.

No Departamento de Estado norte-americano, encarregado das negociações com a RPDC, alertou a publicação, afluam pedidos para manter as sanções estadunidenses contra o país até que a RPDC realize uma desnuclearização total e verificável. Ao mesmo tempo, condenou o jornal, no Departamento do Tesouro estadunidense até agora não se falou na eliminação de sanções, pelo

contrário há vozes que pedem para que recrudescam e aumente o bloqueio econômico, comercial e financeiro contra Pyongyang.

O fato de até no Congresso dos EUA estarem sendo analisados projetos de lei relativos à intensificação das sanções contra a RPDC, denuncia a publicação, faz pensar que se por um lado os norte-americanos dramatizam a intenção de diálogo, por outro instigam o mundo a intensificar ainda mais as sanções contra o povo coreano.

Finalmente, o jornal recorda que até agora a RPDC fez tudo o que quis, apesar das sanções e bloqueios dos EUA.

Alemães, austríacos e suíços fazem manifestações por uma 'Europa aberta e solidária com refugiados'

Alemães, austríacos e suíços realizaram, no sábado (4), manifestações exigindo respeito e acolhimento aos refugiados e contra a criminalização dos movimentos de voluntários que fazem resgates no Mediterrâneo. Ao todo, mais de 30 cidades foram palco das manifestações.

Os governos europeus, em geral, têm mantido uma postura de repressão aos que buscam refúgio no velho continente. Segundo apontam os levantamentos, 75% dos que deixam a Líbia em direção a Itália não conseguem chegar seu destino. Destes, cerca de 70% são "devolvidos"

para a Líbia, enquanto dos outros 5%, a maioria se afoga na travessia. Esta foi a rota mais utilizada até o ano passado.

Todas as manifestações contaram com centenas de pessoas, mas a mais notável foi a de Leipzig, na Alemanha, com mais de dois mil manifestantes. Segundo os organizadores, "aceitar a morte de milhares de pessoas no Mar Mediterrâneo para um maior isolamento da Europa e para ganhar poder político é imperdoável e contradiz qualquer forma de humanidade". Ao invés de repressão e de políticas contra a mi-

gração, "nós precisamos de uma Europa aberta, com cidades solidárias e 'portos seguros' para os refugiados e pessoas necessitadas", afirmam. Os manifestantes reivindicam que Leipzig pode ser exemplo de uma cidade "aberta para todos".

O grupo de resgate emergencial Mission LifeLine marcou presença nas manifestações. Segundo seus membros, faz parte do direito internacional que os navios sejam responsáveis por realizar resgates em situação de emergência, logo, seus esforços são legítimos. Porém, a Itália tem, unilateralmente, barrado a entrada dos refugiados que lá chegam.

"Estamos determinados a proteger empresas europeias envolvidas em negócios com o Irã: já em vigor o Estatuto Antibloqueio". Rússia, China e ONU também repudiam atos unilaterais dos EUA

Diante da virtual declaração de guerra econômica de Trump ao Irã na terça-feira (7), em violação à lei internacional, à ONU e às normas mundiais de comércio, a União Europeia (UE) anunciou que entrou em vigor a atualização do Estatuto Antibloqueio, que expressamente proíbe que empresas europeias se submetam a sanções unilaterais de Washington, não reconhece ordens de tribunais externos em favor dessas penalidades e garante proteção às empresas europeias para manter comércio e investimentos no Irã.

Como assinalou declaração conjunta assinada pela chefe da política externa da UE, Federica Mogherini, mais os chanceleres da França, Alemanha e Inglaterra, a medida é para "proteger as empresas da UE que fazem negócios legítimos com o Irã do impacto das sanções extraterritoriais dos EUA". Mogherini acrescentou que Bruxelas não deixaria o acordo com o Irã morrer, e pediu às empresas europeias que desafiem as sanções e aumentem o comércio e investimento com o Irã.

O governo Trump unilateralmente se retirou em maio do Acordo Nuclear assinado pelo antecessor Barack Obama, em vigor desde 2015 e negociado pelos membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU mais a Alemanha. Acordo pelo qual, em troca da mais dura inspeção nuclear já feita a um país, foram suspensas as sanções contra Teerã.

ONU e AIEA

Conforme a ONU e a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), o Irã tem cumprido fielmente seus compromissos. Agora Trump ameaça que "quem comerciar com o Irã, não irá comerciar com os EUA" e promete a partir de novembro tornar "zero" as exportações de petróleo iranianas, principal fonte de divisas do país. Isto é, matar de fome o Irã para tentar causar uma conflagração interna.

Trump não mostrou minimamente qualquer violação do acordo por parte do Irã, tão somente disse que é "horrrível" e que o Irã tem que se sujeitar aos EUA (e a Israel). O novo bloqueio é também uma vingança contra a ajuda prestada pelo Irã aos irmãos sírios agredidos pelos terroristas a soldo de Washington e Riad. Entre o cinismo e a demência, Trump, em sua tuitada em prol da guerra econômica ao Irã, asseverou que o que estava fazendo era "pela paz mundial". Vai ver, está com inveja daquele Nobel da Paz preventivo do Obama.

"Este é um exemplo claro de Washington violando a resolução 2231 da ONU [sobre o acordo com o Irã] e a lei internacional", afirmou a chancelaria russa, ao repelir o monstrego.

Moscou também convocou a comunidade internacional a "não permitir que tais conquistas significativas na diplomacia multilateral sejam sacrificadas em nome das aspirações norte-americanas de estabelecer pontuações políticas com o Irã". A declaração reiterou que "como a experiência de longo prazo mostrou, não será possível obter concessões do Irã usando a pressão". Apontou, ainda, que a Rússia está pronta para fazer "tudo o que for necessário" para proteger seus "interesses econômicos compartilhados" com Teerã.

"A China sempre se opôs às sanções unilaterais", destacou o Ministério das Relações Exteriores na quarta-feira (8), sobre as novas punições de Trump. "A cooperação comercial da China com o Irã é aberta e transparente, razoável, justa e legal, sem violar nenhuma resolução do Conselho de Segurança da ONU", acrescentou, deixando claro que "os direitos legais da China devem ser protegidos". Maior cliente de petróleo do Irã, a China recebe de lá mais de 650.000 barris por dia.

Por sua vez o porta-voz do secretário-geral da ONU, Farhan Haq, conclamou todos os países a manterem o Plano de Ação Integral Conjunta (Jcpoa, na sigla em inglês) com o Irã. Pedido acolhido por Mogherini: "estamos fazendo o melhor possível para manter o Irã no acordo, para manter o Irã se beneficiando dos benefícios econômicos que o acordo traz para o povo do Irã, porque acreditamos que é do interesse de segurança não só da nossa região, mas também do mundo".

Na primeira etapa da agressão econômica deflagrada por Trump, o embargo dos EUA atinge aviões de passageiros, automóveis, ouro, carvão, alumínio, aço, e ainda exportações iranianas de tapetes e pistache. A partir de 5 de novembro, a tentativa de estrangulamento final, proibindo completamente a venda de petróleo iraniano e atacando as operações do BC do Irã. Antes do acordo de 2015, o Irã chegou a ser excluído do sistema de compensações internacional dominado pelos EUA, o Swift.

Enquanto a Daimler alemã e a Airbus anunciam recuos do comércio com o Irã para fugir das sanções unilaterais dos EUA e das multas, outras empresas europeias, como a Renault, se dispõem a continuar. A Rússia anunciou que manterá investimentos de US\$ 50 bi no setor de petróleo iraniano, assim como as petrolíferas estatais chinesas. Outro grande cliente do Irã, a Turquia, declarou que manterá suas importações de petróleo. Também a Índia já disse que irá ignorar as sanções de Trump.

ANTONIO PIMENTA

Presidente Rouhani: 'Sanções são guerra psicológica para ajudar Trump'

Em entrevista na véspera do ataque econômico, o presidente Hassan Rouhani classificou as novas sanções de "guerra psicológica, planejada para ajudar Trump nas próximas eleições" de meio de mandato. Sobre a pretensão de Trump de zerar as exportações de petróleo do Irã, o chanceler Mohammad Zavad Zarif advertiu que, se Washington quiser manter essa ideia "simplista e impossível", deveria também "saber das con-

seqüências". "Não podem pensar que o Irã não exportará petróleo e outros exportarão". Ele afirmou que os norte-americanos "montaram uma sala de guerra contra o Irã", mas Teerã não vai cair "nesta armadilha e se jogar em um campo de batalha". A situação atual é muito melhor do que sob as sanções ocidentais pré-acordo, afirmou. "Antes ninguém apoiava o Irã. Mas agora, todos os países do mundo estão apoiando o Irã".

Programa Nuclear Brasileiro: um fio de luz nos caminhos da nação - (2)

Continuação da edição anterior

Os requerimentos de um programa nuclear constituem algumas das mais elevadas realizações desse grande empreendimento humano chamado ciência

ALEXANDRE F. RAMOS*, MICHAEL JAILLET**

Se tais critérios de excelência técnica e cultural forem transplantados para outros segmentos da sociedade, como os setores químico, hidráulico, médico e ambiental, viveremos em um mundo muito mais seguro e limpo que o atual. Cabe ao setor nuclear, em seu debate com a sociedade, apresentar tais critérios para que assumam uma posição de vanguarda no processo civilizatório. Almejar tal prestígio é legítimo, se considerarmos que os requerimentos de um programa nuclear constituem algumas das mais elevadas realizações desse grande empreendimento humano chamado ciência.

Na sociedade internacional há um debate aberto sobre a destinação dos resíduos nucleares de produção de eletricidade (de fato, apenas 3% do combustível irradiado representa um risco real a longo prazo).

Sendo assim, é necessário que o conjunto da humanidade possa apreciar soluções de transição para esse problema. Um exemplo é o armazenamento geológico, que poderá auxiliar na desobstrução das piscinas das usinas nucleares. Uma outra possibilidade é o reprocessamento, que poderá prolongar a vida útil de uma grande quantidade de combustível nuclear.

Quanto a esse tópico, enfatizamos que quase todos os países encontram-se aproximadamente no mesmo nível. Menos a França, que pode ter avançado um pouco mais, devido ao seu projeto CIGEO e a separação de actínidos – que são os elementos a representar problemas reais.

5. A cesta energética: otimizando as matrizes energéticas

O cenário energético mundial está em transformação. A transição para uma cesta energética caracterizada por uma combinação ótima entre as diversas matrizes está na sua infância. Um requerimento central dessa cesta energética é minimizar os impactos negativos do consumo de recursos naturais.

Por exemplo, há muito se discute o fim do pico de produção de petróleo e seu uso parcimonioso. O petróleo é um recurso finito, com vastas possibilidades de aplicações nobres após o refino.

Para o Brasil, abre-se um cenário de uso das jazidas do pré-sal não somente como combustível, mas também na produção de manufatura de alto valor agregado.

O PNB apresenta duas contribuições óbvias nesse tópico: a conclusão do submarino à propulsão nuclear para proteção da Amazônia Azul e a oferta de energia nuclear, como fonte firme, para substituir as termelétricas emissoras de gases de efeito estufa, fomentar atividades de manufatura de alto desempenho e impulsionar o transporte baseado em eletricidade.

A contribuição da matriz



nuclear como solução de transição deste novo cenário energético pode ser vislumbrada concretamente. Os reatores em operação atualmente, de geração 1, 2, podem utilizar como combustível o urânio 235 e, eventualmente, o plutônio produzido após a fissão do urânio.

Há também os reatores de geração 3, que integram desde seu projeto inicial novas tecnologias de segurança motivadas pelos acidentes de Three Mile Island, Chernobyl e Fukushima.

Esses reatores possibilitaram o desenvolvimento do combustível MOX (mistura de óxido de plutônio), que economiza 20% do combustível utilizado em comparação a uma carga sem reciclagem. Supondo que, no futuro, toda usina nuclear tenha um reator de geração 3 em operação, teremos a geração de eletricidade pela via nuclear por 250 anos adicionais.

Se implementarmos usinas utilizando os reatores de Geração 4, chamados reatores rápidos, ganharemos mais 3.000 anos. Isso nos dá a possibilidade de desenvolver reatores de fissão, que utilizem o tório, e nos possibilitaria mais 30.000 anos de geração de eletricidade. Essa estimativa ignora a possibilidade de controle da fusão e sua utilização na geração de eletricidade.

Devemos salientar que consideramos útil toda matriz energética que possa ser relevante na minimização de impactos ambientais e sociais negativos e na ampliação dos benefícios trazidos.

O desenvolvimento da energia nuclear garante oferta firme de eletricidade e a possibilidade de redirecionamento de parte de seus ganhos ao desenvolvimento de matrizes alternativas.

Um breve parêntese, para tal proposta se concretizar urge que o Brasil conclua a usina de Angra 3 e amplie sua participação no mercado de fornecimento de combustível nuclear, via exportação pela INB.

Retornando ao tópico, é lamentável que o debate sobre a questão energética foque-se na oposição a determinadas matrizes energéticas, quando tais recursos intelectuais poderiam direcionar-se ao processo de otimização do uso dos recursos componentes da cesta energética da nação e do planeta.

O Brasil possui abundância de recursos para produção de eletricidade a partir da energia solar, eólica, biomassa (por exemplo, bagaço de cana-de-açúcar), hidráulica de rio ou mar, eficiência energética, produção de hidrogênio e técnicas de armazenamento em todas as suas formas.

Ou seja, há uma miríade



Assumamos que 50% das necessidades energéticas de um país são atendidas pela eletricidade. Se a energia nuclear responder por 25% da produção de eletricidade, a nação terá um recurso imenso a seu dispor, sem que a participação de outras matrizes seja obstruída. Ao contrário, parte das riquezas geradas a partir da fonte nuclear podem ser direcionadas ao desenvolvimento de novas tecnologias de geração de eletricidade. Ou seja, não é necessário que o debate energético brasileiro tenha como palco uma arena que seria mais adequada à realização de um Fla-Flu. As riquezas geradas pela ampliação do PNB podem ter uma outra aplicação nobre: a garantia da defesa e do uso de recursos naturais, como patrimônio genético ou minérios, da Amazônia e da Amazônia Azul ou das imensas reservas de água doce sob a floresta amazônica ou no Aquífero Guarani. Foto: Central Nuclear de Angra

de possibilidades tecnológicas que ainda precisam ser desenvolvidas em sinergia com a energia nuclear. Destarte, devemos modificar o enfoque do debate energético saindo da oposição entre fontes de energia para a busca de cenários de complementaridade.

6. Brasil: uma nação em busca de um novo projeto

É claro que um planejamento que envolva escalas temporais de séculos exige uma modificação do paradigma cultural brasileiro.

Nos habituamos a governantes que tradicionalmente planejam ações pelos próximos 5 ou 10 anos. Isso é insuficiente, pois as escalas de tempo aqui discutidas exigem o planejamento e estruturação de programa de Estado, independente de as execuções serem efetuadas

por iniciativas estatais ou privadas.

Ressalte-se ser importante evitar armadilhas intelectualmente superficiais: a de que o planejamento impedirá a livre iniciativa de agentes privados ou que a ação estatal será suficiente para garantir a incorporação ampla do PNB pela população.

Tais interpretações dizem muito sobre as inclinações ideológicas de quem as elabora e pouco adiciona a um debate que visa maximizar os benefícios que podem ser trazidos pelo PNB.

À luz das questões brevemente elencadas acima, podemos vislumbrar a viabilidade de uma ampliação segura do PNB. Essa ampliação possibilitará um crescimento do PIB brasileiro e a modernização de sua matriz industrial, capacitando-a para a manufatura de alta complexidade. A expansão da oferta de energia, pela matriz nuclear, contribuirá ao aumento do IDH nacional e ao crescimento do PIB. A modernização do parque industrial, pela sofisticação de nossa capacidade manufatureira, possibilitará aos nossos profissionais um conjunto de oportunidades caracterizadas por formação técnica e cultural de excelência.

Isso deve contribuir à ampliação das possibilidades de incremento de renda pela população economicamente ativa e enriquecimento de nossa cultura com a incorporação da ciência como mais um de seus traços marcantes. Ou seja, esse processo deve ampliar a distribuição das riquezas contidas no solo da nação, melhorar o padrão de vida de sua população, bem como sua capacidade de preservação e melhoria das condições ambientais do país.

Quanto aos custos financeiros, embora o investimento inicial da usina nuclear seja relativamente alto, ela permanece operacional por 60 anos com um baixo custo, fornecendo energia de base confiável.

Assumamos que 50% das necessidades energéticas de um país são atendidas pela eletricidade. Se a energia nuclear responder por 25% da produção de eletricidade, a nação terá um recurso imenso a seu dispor, sem que a participação de outras matrizes seja obstruída.

Ao contrário, parte das riquezas geradas a partir da fonte nuclear podem ser direcionadas ao desenvolvimento de novas tecnologias de geração de eletricidade. Ou seja, não é necessário que o debate energético brasileiro tenha como palco uma arena que seria mais adequada à realização de um Fla-Flu.

As riquezas geradas pela ampliação do PNB podem ter uma outra aplicação nobre: a garantia da defesa e do uso de recursos naturais, como patrimônio genético ou minérios, da Amazônia e da Amazônia Azul ou das imensas reservas de água doce sob a floresta amazônica ou no Aquífero Guarani.

Ademais, ao avaliar os benefícios da ampliação da oferta da energia nuclear no Brasil, os ganhos de arraste devem ser tratados utilizando-se dados objetivos e mensuráveis. Os ganhos com formação de recursos humanos qualificados que, consequentemente, desenvolverão tecnologias avançadas de importância econômica devem ser avaliados e contabilizados. Isto é, a avaliação puramente financeira dos custos e benefícios do PNB é insuficiente, e seu protagonismo no debate deveria ser reduzido.

7. Considerações finais

Por fim, uma reflexão de ordem mais pessoal.

O Brasil tem um território 16 vezes maior que a França (se desconsideramos a Amazônia Azul) e população apenas 3 vezes mais numerosa e mais jovem. O solo possui os recursos naturais que são a riqueza material de uma nação.

Se dividirmos 16 por 3, verificamos, sem conside-

rar qualquer agregação de valor via desenvolvimento tecnológico, que há o potencial de que cada habitante brasileiro seja em média até 5 vezes mais rico que um habitante francês.

Obviamente, a França é um país com mais de 200 anos de história moderna, mas a revolução industrial se espalhou pelo mundo e o Brasil está absorvendo essas tecnologias.

Avaliemos a incorporação das ferramentas de informática pela sociedade brasileira ou o desenvolvimento da tecnologia de enriquecimento de urânio por ultracentrífugas. Esses casos exemplificam, primeiro, o potencial humano dessa nação e, segundo, como a existência de projetos mobilizadores pode canalizar nossa capacidade criativa ao trabalho e à geração de riquezas.

Destarte, há capacidade humana no Brasil apta à fazer desta uma nação com papel de liderança no cenário mundial, capaz de incorporar experiências internacionais bem-sucedidas e oferecer uma contribuição original, fundada numa cultura de uso da ciência em benefício da espécie, pelo uso racional de recursos naturais e em sua transformação com vistas à aplicações pacíficas. O desenvolvimento da nação em outras frentes requer recursos financeiros que poderão ser gerados pela ampliação do PNB.

* Professor Doutor na Escola de Artes, Ciências e Humanidades & Núcleo Estudos Interdisciplinares de Sistemas Complexos, Universidade de São Paulo (USP). Pós-doutorado (CNPq, 2009) no Reinitz Fly Lab sediado no Dept. de Matemática Aplicada e Estatística e Centro de Medicina Molecular, da Stony Brook University, NY, EUA. Instituto do Câncer do Estado de São Paulo & Depto de Radiologia e Oncologia, Faculdade de Medicina.

** Engenheiro Nuclear aposentado pela EDF, Consultor independente do setor nuclear.